



Número: **0600465-23.2020.6.01.0001**

Classe: **REGISTRO DE CANDIDATURA**

Órgão julgador: **001ª ZONA ELEITORAL DE RIO BRANCO AC**

Última distribuição : **24/09/2020**

Processo referência: **06003526920206010001**

Assuntos: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Prefeito**

Objeto do processo: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato - PARTIDO DOS TRABALHADORES DIRETORIO MUNICIPAL - COMISSAO EXECUTIVA PROVISORIA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE-PSOL- RIO BRANCO AC - RIO BRANCO MAIS FELIZ 13-PT / 50-PSOL - DANIEL QUEIROZ DE SANT ANA**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL QUEIROZ DE SANT ANA (REQUERENTE)			
RIO BRANCO MAIS FELIZ 13-PT / 50-PSOL (REQUERENTE)			
COMISSAO EXECUTIVA PROVISORIA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE-PSOL- RIO BRANCO AC (REQUERENTE)			
PARTIDO DOS TRABALHADORES DIRETORIO MUNICIPAL (REQUERENTE)			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO ACRE (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7881480	25/09/2020 16:58	Petição	Petição
7884895	25/09/2020 16:58	Plano de Governo - Rio Branco Mais Feliz-compactado	Documento de Comprovação

Petição em anexo.



PLANO DE GOVERNO

**RIO BRANCO
2021-2024**

**DANIEL ZEN E
CLÁUDIO EZEQUIEL**

PT - PSOL - PC do B





CIDADE ACOLHEDORA E AGRADÁVEL DE SE VIVER

Vivemos, com a pandemia de covid-19, a maior crise sanitária dos últimos 100 anos. São milhões de infectados e milhares de mortos no mundo todo: pessoas que foram retiradas, abruptamente, do nosso convívio. O cenário que se avizinha no pós-pandemia é nebuloso, temos mais dúvidas do que certezas. A Saúde, a Economia, as Relações de Trabalho, a Educação, todo o nosso cotidiano foi, está e continuará sendo afetado pelo novo coronavírus.

Ciente dos desafios e das dificuldades que este cenário nos impõe, apresentamos a vocês o documento Nossa Rio Branco, Plano de Governo de nossa candidatura à Prefeitura da Capital do Acre. Nele consta o conjunto de proposições, coletadas por intermédio dos diferentes meios e instrumentos que disponibilizamos à população: nossa plataforma digital e nossas oficinas temáticas virtuais possibilitaram a participação de centenas de cidadãos e cidadãs riobranquenses, que nos ajudaram com essa construção coletiva.

Tenho afirmado, repetidamente, que o nosso projeto não é apenas para a cidade: nosso projeto é de sociedade. Não se trata, portanto, de um projeto de poder ou apenas de um Plano de Governo. É a síntese do desejo de edificação de um mundo melhor. E, para que consigamos fazer a nossa parte na construção de um mundo melhor, a gente precisa começar de casa. Nossa casa é a Nossa Cidade. Queremos que Rio Branco se torne um lugar cada vez mais acolhedor e agradável de se viver. Para isso, precisamos de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Não é a sociedade onde o ódio, o rancor, o preconceito, a discriminação, a indiferença e a intolerância prevaleçam. É a sociedade onde possamos edificar a cultura da paz, do amor, da harmonia e do respeito às diferenças.



A morada ideal dessa sociedade de paz e de harmonia deve ser, em primeiro lugar, uma cidade limpa, bem iluminada, sem buracos nas ruas, com um transporte público rápido, barato e eficiente. Mas, é também muito mais do que isso. É a cidade onde floresçam as ideias e ideais que sempre defendemos e em que sempre acreditamos: 1) a ideia de democracia e de participação popular como valor e princípio, mas também como método, como forma, como o jeito mais correto e justo de fazer com as pessoas; 2) a ideia de que, para assegurar direitos à todos é necessário respeitar as diferenças; 3) a reafirmação da ideia de que é necessário conferir centralidade, na gestão pública, a temas sensíveis, tais como Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer, sobretudo em se tratando de uma cidade amazônica; e, por fim, 4) a ideia de ter foco prioritário nos que mais precisam dos cuidados do poder público.

Para tanto, nos guiamos, como uma de nossas balizas, pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODSs estabelecem metas cujo cumprimento perseguiremos com todo o afinco. O outro farol que nos guia é o que se encontra no cerne dos direitos e garantias fundamentais do homem e do cidadão: a dignidade da pessoa humana. A hora é, portanto, de fincar bandeiras e de cavar trincheiras. E nunca é demais reafirmar que a nossa defesa será sempre a dos mais fracos, dos mais pobres, dos desvalidos, despossuídos e injustiçados. Como no dizer de Dom Pedro Casaldàglia "dos que menos sabem, menos podem e menos têm".

É isso o que queremos: ajudar a construir para Nossa Cidade.

Daniel Zen
Candidato à Prefeito
de Rio Branco







RIO BRANCO MAIS FELIZ

**DANIEL ZEN E
CLÁUDIO EZEQUIEL**

PT - PSOL - PC do B



APRESENTAÇÃO

Nosso Plano de Governo consagra um compromisso: seguir de onde estamos rumo a um futuro de alegria, prosperidade social, respeito ao meio ambiente e às diferenças sociais, culturais, sexuais e étnicas que caracterizam nosso povo, alicerçados na boa gestão e num sincero espírito público na condução dos interesses da cidade.

Dizemos partindo de onde estamos porque, com orgulho, assumimos a herança da antiga Frente Popular na gestão da Prefeitura de Rio Branco. Reconhecemos e nos colocamos na linha de continuidade dos competentes e honestos trabalhos realizados por Jorge Viana, Raimundo Angelim e Marcus Alexandre, cujos legados marcam a face e a história recente de nossa cidade.

A Rio Branco de hoje, diferentemente de quando a recebemos das desastreadas administrações do MDB (Mauri Sérgio e Flaviano Melo/Isnard Leite), é uma cidade em franco processo de organização e desenvolvimento. Uma cidade mais urbana, mais estruturada e mais acolhedora. Mas, ainda longe da cidade dos nossos sonhos.

Os desafios são imensos - e eles são nossa maior motivação à seguir lutando - como na Mobilidade Urbana, onde são necessários novos investimentos nas ligações bairro-bairro, desafogando o trânsito nas regiões centrais e melhorando o deslocamento inter-bairros, garantindo mais rapidez, eficiência e segurança. Ou na Saúde, onde é preciso ampliar coberturas e serviços e, principalmente, melhorar a qualidade e a resolutividade da assistência prestada à população.

A Rio Branco dos nossos sonhos é uma cidade feliz, de um povo alegre e harmonioso, vivendo em ambientes acolhedores; uma cidade de clima saudável e que realiza serviços que respeitam as pessoas; que lhes oferece o melhor de sua atenção e cuidado. Uma cidade que prepara o futuro, dirigindo investimentos e fazendo uso inteligente das novas tecnologias. Que olha com especial atenção para os jovens, ciente que não pode errar em sua preparação para



o mundo desejado.

Nossa proposta de gestão, sistematizada neste Plano, é sincera e factível, porque parte do que está aí. Do que a cidade acumulou de bom e de ruim em sua história recente. Dos avanços e retrocessos da gestão municipal; das novas dinâmicas sociais surgidas, por exemplo, das interações virtualizadas nas redes sociais; ou da explosão da violência com a emergência das facções e suas guerras pelo controle do tráfico. Ou da urgente e crescente necessidade de oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda, como resultado da persistente crise econômica, social e política que, desde 2016, arrasta o país em direção ao abismo. Ou mesmo das novas demandas no campo da Saúde oriundas da traumática experiência da pandemia da covid-19.

Acima de tudo, é factível porque não pretende desconstruir ou apenas manter o que está aí. O compromisso é, acima de tudo, seguir em frente olhando para as pessoas, suas necessidades e desejos, e utilizando o acumulado na alavancagem de um novo ciclo de políticas e investimentos públicos que possibilitem ao povo de Rio Branco viver no lugar desejado em seus sonhos e ideais de futuro.

O Plano que aqui apresentamos a você é um documento construído a muitas mãos. Tem a contribuição dos grupos setoriais partidários, que fizeram suas discussões virtuais e apresentaram propostas técnicas concretas; dos que acompanharam e sugeriram a partir das lives com especialistas no Youtube e outras plataformas; da plataforma Nossa Rio Branco, na net, por onde recebemos grande quantidade de propostas; das contribuições encaminhadas por organizações sociais, como a Federação da Indústria (FIEAC), a Associação Comercial (ACISA) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT); ou do trabalho dedicado de elevado número de especialistas nas mais diversas áreas de resultados, onde pudemos reunir alguns dos melhores e mais influentes formuladores de políticas do Estado, ou mesmo nacionais, a exemplo dos ex-governadores Jorge Viana, Binho Marques e Tião Viana, a ex-vice-governadora Nazareth Araújo, os ex-senadores Aníbal Diniz e Sibá Machado, os ex-prefeitos Raimundo Angelim e Marcus Alexandre, e de Márcia Lopes, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



A estrutura do Plano Nossa Rio Branco é bem simples. Os temas estão organizados por áreas de resultados. Na abordagem de cada área, apresentamos um rápido balanço dos períodos Jorge Viana (1993 a 1996), Angelim (2005 a 2012) e Marcus Alexandre (2013 a 2018), passando pela descrição dos desafios atuais e, por fim, apresentando as propostas para o futuro, na estruturação de uma Rio Branco Mais Feliz. Sempre reafirmando nosso compromisso com a priorização de políticas que olhem com especial atenção para os mais vulneráveis; que ofereça maior cuidado a quem sempre sofreu com a invisibilidade e a irrelevância social.

Nossa proposta é plural e democrática, porque reconhece as diferentes necessidades e os variados interesses das classes, categorias e grupos sociais que formam a população de Rio Branco. Não exclui e nem privilegia. Mas atenta para a necessidade de dar mais a quem mais precisa, consagrando o princípio da equidade na gestão das políticas e no direcionamento dos investimentos públicos. Convidamos você a seguir nesse sonho. Ou voltar a ele, caso tenha momentaneamente se afastado por alguma razão. Esse não é um sonho de alguns. É uma necessidade coletiva que parte do direito de todos a uma vida digna e feliz.



SUMÁRIO

CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 18

BAIXA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	21
MÉDIA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	21
ALTA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	22
ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS EQUIPAMENTOS	22

DIREITOS HUMANOS E AÇÕES AFIRMATIVAS 24

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO	29
POPULAÇÃO INDÍGENA DE RIO BRANCO	35
POLÍTICAS PARA AS MULHERES	39
POLÍTICAS PARA JUVENTUDE	45
POLÍTICAS PARA LGBTQIA+	51
DIREITOS PARA OS IDOSOS	57
DIREITOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	61
CONSTRUINDO CAMINHOS PARA INCLUSÃO	65



RIO BRANCO INTELIGENTE E CONECTADA 70

PARTICIPAÇÃO POPULAR 76

NOSSA CIDADE MAIS SUSTENTÁVEL 80

LEGADO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NAS GESTÕES DEMOCRÁTICAS EM 82

RIO BRANCO 82

GESTÃO AMBIENTAL 85

LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL 86

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL 87

GESTÃO TERRITORIAL 87

SEGURANÇA AMBIENTAL 88

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO AMBIENTAL 88

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS 89

ARBORIZAÇÃO 89

RESÍDUOS SÓLIDOS 90

TRANSVERSALIDADE E PARCERIAS NA POLÍTICA AMBIENTAL 91



INFRAESTRUTURA: TRAÇOS URBANOS, RISCOS ATUAIS E LINHAS NO HORIZONTE 92

GESTÃO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL 100

MOBILIDADE URBANA 101

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - HIS E GESTÃO URBANA 105

SANEAMENTO 107

ESPORTE, LAZER E BEM VIVER 108

ESTRUTURAR O SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER 111

CALENDÁRIO ESPORTIVO DE RIO BRANCO 113

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PESQUISA E MEMÓRIA DO

ESPORTE E LAZER EM RIO BRANCO 113

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 114

PRODUÇÃO AGRÍCOLA 116

INFRAESTRUTURA VIÁRIA (RAMAIS) E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO 119

ASSITÊNCIA TÉCNICA 120



FOMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA	120
COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	120
POLOS AGROFLORESTAIS	121
INCENTIVO AO COOPERATIVISMO	121
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AGRÍCOLA	122
ECONOMIA SOLIDÁRIA	122
INCENTIVO AO TRABALHO E RENDA	122
INCENTIVO À FORMAÇÃO	124
ECONOMIA CRIATIVA	125
INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES E DE SUSTENTABILIDADE	125

A EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE RIO BRANCO MERECE 126

A EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO EM NÚMEROS	128
ALUNOS PRESENTES E MOTIVADOS COM AS CONDIÇÕES PARA APRENDER	132
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MOTIVADOS COM AS CONDIÇÕES PARA ENSINAR	133
CRECHES E ESCOLAS COM AMBIENTES ADEQUADOS PARA CUIDAR E ENSINAR	133
SECRETARIA AMIGA E PARCEIRA DAS ESCOLAS E DAS CRECHES	134
COMPROMISSOS COM A COMUNIDADE EDUCACIONAL DE RIO BRANCO	135



MAIS CULTURA EM MOVIMENTO 136

TRANSVERSALIDADE DA CULTURA	142
FORTALECIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	143
FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CULTURA	143
ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA CULTURA	144
FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAIS E SEUS MECANISMOS DE FOMENTO	144
FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	145
TURISMO	146

SAÚDE E PREVENÇÃO COM QUALIDADE 148

ATENÇÃO À SAÚDE	152
GESTÃO NA SAÚDE	153
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	153
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES	154



SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 156

GESTÃO MODERNA E EFICIENTE 162

FINANÇAS PÚBLICAS 163

PLANEJAMENTO 170









CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



A política pública de Assistência Social tem por objetivo o acolhimento e proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Para tanto, ela é organizada sob a forma de um sistema público denominado **Sistema Único de Assistência Social** (SUAS) e se constitui num dever do Estado.

Trata-se de uma política imprescindível ao atendimento das pessoas em seu direito de “bem viver”. Política pensada a partir das lutas dos movimentos sociais e dos estudos de pesquisadores e profissionais da área. Seus conceitos foram incorporados às propostas de governos populares, reconhecendo os povos originários, a diversidade social e o contexto da realidade social do Brasil.

A Assistência, diferente da prática dos governos militares e de grupos políticos conservadores, é vista como uma estratégia para a construção da autonomia, do respeito aos direitos sociais e humanos como princípios

estruturantes da sociedade brasileira, além de seu papel fundamental para o rompimento dos ciclos de pobreza.

Para sua efetivação, programas e benefícios foram implementados pelas administrações populares por meio de governos municipais, estaduais e federal. Foram criados equipamentos públicos como os **Centros de Referência da Assistência Social** (CRAS) e **Centro de Atendimento de Programas Sociais** (CAPS), todos voltados para pessoas em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Em 2020, dados do Ministério da Cidadania apontam que, em Rio Branco, 25.555 famílias foram beneficiadas pelo Bolsa Família, contabilizando 92.069 pessoas diretamente assistidas pelo Programa.

Outros serviços compõem o **Sistema Único de Assistência Social** tais como o Programa



Benefício de Prestação Continuada (BPC) e BPC na Escola, realizados por meio da concessão mensal de um salário mínimo para pessoas idosas e pessoas com deficiência, desde que não tenham outra fonte de renda. O Ministério da Cidadania informou que, em Rio Branco, 14.081 pessoas foram contempladas até junho de 2020.

A implantação dos **Centros de Referência Especializados de Assistência Social** (CREAS) foi fundamental para uma atuação mais contundente na proteção e atendimento especializado às famílias, idosos, crianças e adolescentes com seus direitos violados. Além de desempenhar um papel importante com o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em **Cumprimento de Medida Socioeducativa/Prestação de Serviço à Comunidade** (PSC), **Liberdade Assistida** (LA) e o Serviço de Acolhimento para Idosos.

Outro serviço considerado como essencial é o **Serviço**

Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo um dos reflexos do processo de exclusão social vivido em nossos dias, onde pessoas que não dispõem de renda para conseguir espaços adequados à sua habitação, utilizam-se das ruas da cidade como espaço de moradia.

Pensar a Cidadania e a Assistência é se comprometer com a vida das pessoas e das comunidades. De acordo com os princípios globais, dentro das competências do município, faz-se necessária uma parceria com outros órgãos e iniciativas comunitárias, considerando a ampla participação de segmentos sociais, através de fóruns de debates, conferências, conselhos políticos e de direitos, a fim de construir políticas públicas que reconheçam e valorizem a necessidade de entrelaçamento, solidariedade e respeito entre as pessoas e gerações. Essas experiências há muito compõem o **modo petista de governar**, e fazem parte do rol de compromissos programáticos a



que temos o dever ético-político de fortalecer e ampliar.

NOSSAS PROPOSTAS

BAIXA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Fortalecer o Cadastro Único, bem como os Programas Bolsa Família e BPC, como instrumento de inclusão em Rio Branco;
- Ofertar qualificação profissional aos beneficiários dos programas;
- Articular ações de inclusão produtiva e geração de renda para famílias atendidas pela política de Assistência;
- Fortalecer e ampliar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Banco de Alimentos e Restaurante Popular);
- Criar editais sociais para realizar trabalhos comunitários com famílias de baixa renda,

participantes do CadÚnico;

- Consolidar política de subvenção a organismos que tenham responsabilidade social, contratando mães chefes de família, jovens em situação de vulnerabilidade, ou em conflito com a Lei;
- Criar o Programa Renda Mínima Cidadã de Rio Branco.

MÉDIA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Ampliar as ações de atendimento à população em situação de rua, com foco nos cuidados aos dependentes químicos (álcool e outras drogas), saúde mental e reestabelecimento de vínculos familiares e comunitários, quando possível;
- Estabelecer parcerias e ampliar apoio permanente às entidades socioassistenciais que prestam Serviços de



Proteção Especial;

- Fortalecer os Conselhos Tutelares de Rio Branco;
- Fortalecer os Serviços Socioassistenciais de atenção à pessoa com deficiência;
- Assegurar o atendimento às famílias atingidas pelas enchentes, deslizamentos, enxurradas e outras situações de calamidades e emergências.

ALTA COMPLEXIDADE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Garantir o pleno funcionamento das casas de acolhimento que atendem adolescentes em situação de violações;
- Intensificar o Serviço de Acolhimento para pessoas idosas, estabelecendo parcerias com as instituições que atuam com longa permanência.

ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS EQUIPAMENTOS

- Qualificar, capacitar, valorizar e equipar a rede pública de Assistência Social, com servidores, colaboradores e espaços para os atendimentos e suas respectivas resolutividades, melhorando a abordagem e o acompanhamento da população;
- Fortalecer a rede e ampliar a capacidade de atendimento profissional nos espaços destinados aos serviços de Assistência Social vinculados ao SUAS.





DIREITOS HUMANOS E AÇÕES AFIRMATIVAS



Desde sua adoção, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que marca a história dos Direitos Humanos no mundo. Foi traduzida para mais de quinhentos idiomas e influenciou constituições de inúmeros Estados de democracia recente, como o Brasil.

Direitos Humanos são todos os direitos inerentes aos seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, condição social, econômica, política ou qualquer outra, sendo todos de igual importância. O grande fundamento, enquanto marco civilizatório, é respeitar a integridade e o valor de cada pessoa.

Os Direitos Humanos abrangem o direito à Vida, à Liberdade, à Liberdade de Opinião e de Expressão, o Direito ao Trabalho, ao Alimento, à Água Limpa, à Saúde, à Moradia, à Terra, à Educação, entre outros. Resguardam a dignidade

e equidade entre homens e mulheres, promovendo o progresso social.

Ações Afirmativas são políticas implementadas em benefício de pessoas que pertencem a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica do passado e do presente, tais como os afrodescendentes, os homossexuais, as minorias religiosas, mulheres, entre outros, de aplicação no âmbito público e privado. São políticas que tentam mitigar prejuízos causados aos indivíduos de reconhecida discriminação ao longo de nossa história.

É sabido que o Brasil, desde a sua colonização, é marcado por práticas injustas e violadoras de direitos. A escravidão, o racismo, a tortura, os tratamentos humilhantes e degradantes constituem crimes, mas continuam fazendo parte de nossa realidade. A discriminação, o machismo, o racismo, o elitismo e a homofobia refletem o enraizamento de uma



cultura do preconceito.

Como sua contraface, a Ações Afirmativas têm o objetivo de combater as discriminações e elevar a participação dos grupos discriminados nos processos políticos, no acesso à Educação, Saúde, Emprego, bens materiais, às redes de proteção social e no reconhecimento cultural. São medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania, como também formas de valorização étnica e cultural.

Os governos devem promover e proteger os direitos e as liberdades de grupos e indivíduos.

Com o respeito aos Direitos Humanos e com a adoção de Ações Afirmativas, os governos populares tornam a composição da sociedade mais representativa, inclui pessoas de grupos distintos, transformando nossa cidade. Esse é nosso compromisso.







28



PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar* (PNAD - 2016), aponta que a população brasileira que se declara negra (pretos e pardos) teve crescimento expressivo, chegando a cerca de 90 milhões. Isso se deve à tomada de consciência racial: é sobre "estar no mundo" diante da realidade imposta, associada às políticas de educação para promoção da igualdade racial, promovidas pelos governos populares, especialmente.

No Acre, com base nos dados da mesma pesquisa, mais de 70% da população se autodeclara preta e parda. Em situação proporcional aparecem os seus municípios, especialmente a capital, Rio Branco.

Ainda com base na PNAD, o rendimento da população

negra chega a ser cerca de 30% menor que o dos brancos. Esses dados refletem no dia a dia da população local, nas consequências das desigualdades que merecem atenção dos poderes públicos.

A gestão municipal deve atentar à realidade e estratificar as diferenças por etnia, gênero, idade, saúde física e mental, com vistas a uma atuação equânime, justa e solidária, conforme os princípios da gestão pública de oferecer o acesso democrático aos serviços públicos e com a preocupação com o bem viver da população.

Para tanto, os gestores devem compreender o que são e como se operacionalizam as políticas afirmativas. Deve-se atentar para as questões de direitos e garantias sociais, com vistas a desenvolver trabalhos integrados e complementares.



A Frente Popular deu um grande passo ao criar a **Secretaria Municipal Adjunta de Promoção da Igualdade Racial**, em 2013. Recriar o órgão articulador, com a responsabilidade institucional de agrupar, orientar e desenvolver **Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo**, como eixo prioritário às políticas afirmativas, é imprescindível. Faz-se necessário buscar as referências das gestões anteriores, propostas pelos movimentos sociais e populares, além dos estudos científicos acerca das políticas de promoção da igualdade racial (PIR).

As políticas de PIR estão vinculadas às políticas de Direitos Humanos. É crucial a execução do **Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial** instituído pela Lei nº 2.285, de 14 de junho de 2018. Trata-se de política estruturante para a promoção de novas relações sociais em áreas como: Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Educação, Saúde, Cultura, Esporte,

Comunicação, acesso à Justiça e Segurança, Moradia, acesso à Terra, Assistência e Relações Financeiras.

Nos planos orçamentários da gestão municipal devem constar os recursos necessários à efetivação das ações essenciais às políticas de PIR e demais políticas, obedecendo as Leis nacionais, sobretudo a Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial; Lei 10.639/2003 - inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; e Lei 11.645/2008 - inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígenas".

Essa é a base para um novo marco civilizatório: intersecções entre raça, classe e gênero. Trata-se de uma nova abordagem, uma postura de compromisso e respeito com a população negra de Rio Branco.



NOSSAS PROPOSTAS

- Recriar espaço institucional para as políticas de PIR com autonomia administrativa e financeira;
- Resgatar o projeto de cotas raciais para concursos públicos da Prefeitura de Rio Branco;
- Articular políticas de PIR com os ODS (*Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*) para igualdade racial;
- Desenvolver programa de capacitação em relações raciais e enfrentamento ao racismo para gestores da administração pública municipal;
- Institucionalizar políticas de PIR nos órgãos de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esporte, Infraestrutura, Agricultura e Economia Solidária, entre outros;
- Criar sistema de cotas para editais culturais da FGB;
- Desenvolver ações voltadas para as comunidades de Matriz Africana;
- Potencializar as ações de moradia e regularização fundiária nas regiões de baixo IDH para população negra;
- Reativar o *Comitê Técnico de Saúde da População Negra na Secretaria Municipal de Saúde*;
- Ter, entre os eixos do organismo de PIR, um centro de referência no atendimento para população negra (atendimento jurídico, social e psicológico);
- Garantir a execução, efetivação e defesa, no âmbito municipal, do *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana*;



- Potencializar os programas de Educação para as relações Étnico-raciais nas escolas;
- Organizar estrutura socioeducativa nos espaços de convivência (CRAS/Centro de idosos e outros) para a reflexão acerca das relações étnico-raciais;
- Desenvolver programa de capacitação de profissionais da Educação, Saúde, Cultura, Esporte e outros para as relações Étnico-raciais;
- Incentivar a produção de referenciais teóricos para atuação nas políticas de PIR;
- Ampliar o acervo de material e recursos didáticos sobre políticas de PIR na rede municipal de ensino;
- Rearticular a política de Saúde da População Negra (violência obstétrica, glaucoma, anemia falciforme, saúde bucal, entre outras);
- Retomar a campanha *Rio Branco Sem Racismo*, atrelada ao Disque Racismo (tira dúvidas e orientações);
- Criar o Observatório de acompanhamento e análise das dinâmicas sociais envolvendo populações em situação de vulnerabilidade tais como: Indígenas, LGBTQIA+, Juventude, Idosos, Mulheres, População Negra e Pessoas com Deficiência.







POPULAÇÃO INDÍGENA DE RIO BRANCO

Ao longo da história de ocupação do Brasil, o racismo alimentou as bases de uma sociedade desigual que exclui e invisibiliza povos indígenas e negros, negligenciados pelo poder público e sem a possibilidade de acessar direitos humanos básicos como direitos econômicos, sociais e culturais, direito ao meio ambiente equilibrado, direito à paz, direito ao desenvolvimento, direito à autodeterminação dos povos.

Segundo a Funai, a população indígena cresceu cerca de 150% na década de 90 devido ao aumento de pessoas autodeclaradas indígenas. O censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE constatou que há no Brasil cerca de 817.963 indígenas. Desse total, 502.783 encontram-se na zona rural e 315.180 habitam os centros urbanos. No Acre, o total da população autodeclarada indígena chega a 15.921 pessoas. Na capital, o IBGE informa 711 pessoas indígenas, com uma taxa de média de crescimento anual de 4,8 pontos percentuais.

Os governos populares sempre atentaram para a preocupação com os povos da floresta. Com o passar do tempo, constatou-se o crescimento da complexidade tanto das questões atinentes aos Direitos Humanos em relação aos indígenas, quanto às necessidades de um olhar mais aprofundado para suas especificidades.

Mesmo com alguns avanços, os povos indígenas enfrentam dificuldades para terem seus

saberes e fazeres tradicionais valorizados, suas políticas diferenciadas atendidas e seus direitos respeitados.

Para uma gestão municipal, uns dos principais desafios é a interlocução com indígenas residentes nas cidades, a fim de que sejam inseridos plenamente nas políticas públicas do município,



principalmente de Saúde, Trabalho e Educação, garantido o reconhecimento e valorização de suas culturas e melhores condições de vida para essas populações.

NOSSAS PROPOSTAS

- Articular a implementação da Lei nº 11.645/2008, nos diferentes estabelecimentos de ensino público do município, bem como a formação continuada dos profissionais, em especial da Saúde e Educação;
- Capacitar servidores da Saúde para atendimento qualificado aos indígenas nas unidades municipais;
- Articular a criação de políticas contra a letalidade e garantia do direito à vida da juventude indígena, apoiando a criminalização dos atos racistas e discriminatórios em relação a indígenas e descendentes;
- Estabelecer parceria com instituições públicas e privadas para realizar ações educativas nos bairros sobre Igualdade Racial para os povos indígenas;
- Incentivar a criação do **Comitê Municipal de Saúde Indígena**, a fim de promover a atenção à especificidade dos povos indígenas, em especial os residentes em Rio Branco;
- Realizar diagnóstico na cidade acerca da população indígena residente para construir uma política de moradia voltada para essa população;
- Promover uma política de Trabalho e Renda voltada para indígenas, vinculadas ao artesanato, comidas típicas e ervas medicinais;
- Fortalecer a cultura indígena promovendo festivais, feiras de artesanatos e comidas típicas, jogos, publicações de contos e histórias,



bem como outros temas de interesse dos povos indígenas;

- Cadastrar a população indígena residente na zona urbana no CadÚnico.





POLÍTICAS PARA AS MULHERES

As trajetórias da luta feminista pelos direitos das mulheres e da luta por igualdade entre os mais variados grupos de pessoas estiveram sempre entrelaçadas, valorizando a interseccionalidade entre os conceitos de gênero, raça e classe, como fatores de vulnerabilidade, geradores de violências e opressões na sociedade, tendo o feminismo negro como protagonista.

O objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero. No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX. A primeira onda feminista teve como referência Nísia Floresta (1810-1885), educadora, escritora e poeta, pioneira na luta para a alfabetização de meninas. Teve seu foco nas reivindicações voltadas para o direito ao voto e à vida pública. A segunda onda ocorre nos anos 70, em um momento de crise da democracia. Para além da luta pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, foi o período de enfrentamento à ditadura militar. A partir da década de 80 do século XX, surge a terceira onda feminista, que perdura até os dias atuais, reconhecendo e

Os governos atuais, com seus fundamentos conservadores e neoliberais, fizeram definhar a rede de cuidados e apoio às mulheres.

Em sua diversidade, elas estão entre os grupos mais prejudicados por essas políticas de precarização da vida e cerceamento da liberdade.

A situação foi agravada com a pandemia da covid-19: o isolamento social coloca as mulheres em uma situação de maior vulnerabilidade diante da violência doméstica, do estupro e do feminicídio. De acordo com a *Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos* (2020), esse tipo de violência cresceu em torno de 28% no país em abril, comparando



com o mesmo período do ano de 2019.

Por outro lado, as mulheres são a maioria entre profissionais da Saúde, na linha de frente em resposta à pandemia e, portanto, mais expostas à contaminação. Houve um aumento das tarefas domésticas, impulsionada pela permanência de membros da família nos lares. As mulheres foram sobrecarregadas com a educação escolar de filhas e filhos e com todo o trabalho de reprodução da vida.

A saúde das mulheres já vinha sendo atacada mesmo antes da pandemia. O governo federal pauta a política de abstinência sexual no lugar de uma política de prevenção às IST/Aids e contracepção. A política de Saúde Mental foi substituída pela internação compulsória hospitalar. Houve uma dessecagem dos serviços de aborto legal. O conceito de direitos sexuais e reprodutivos, presentes em todos os documentos das Nações

Unidas, dos quais o Brasil é signatário, foram retirados. Todos esses retrocessos acontecem num momento em que o país segue sendo um dos campeões mundiais em violência contra a mulher (o quinto país mais violento), conforme dados da **Organização Mundial da Saúde** (OMS). Segundo o Mapa da Violência (Ipea-2018), 13 mulheres morrem por dia no Brasil, apenas pela condição de serem mulheres.

O Acre registrou entre 2018 e 2019 a maior taxa de feminicídio da sua história, ficando em primeiro lugar entre os Estados brasileiros. E de janeiro a março de 2020, houve um aumento de 300% no número de assassinatos de mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP). Temos, portanto, o desafio de diminuir os índices de violência contra as mulheres em Rio Branco, onde mora a maior parte da população do Acre.

Os governos da Frente Popular, juntamente com o



movimento feminista, avançaram na construção de políticas públicas para as mulheres. Na cidade e no campo, conseguimos aproximar sonhos de realidades em nossas gestões, elaboradas com a participação popular, especialmente com a implantação de organismos com autonomia econômica e financeira.

Deixamos um legado importante: a criação da *Casa Rosa Mulher - Centro de Referência no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*, o aumento do número de creches, a ampliação das feiras de produtores e produtoras rurais nos bairros, a política de apoio à economia solidária, atendendo um grande número de mulheres que puderam aumentar a sua renda, estudar, conseguir um emprego e quebrar o ciclo de violência que viviam. A continuidade desse trabalho é fundamental para garantir a proteção às mulheres vítimas de violência e apoio para melhoria da qualidade de suas vidas.

NOSSAS PROPOSTAS

- Ampliar os serviços oferecidos pela *Casa Rosa Mulher - Centro de Referência no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica* (formação profissional, psicologia, jurídico e social), bem como a informatização dos serviços e a criação do aplicativo - Rosa Mulher;
- Articular as áreas da gestão municipal para a formulação de políticas públicas para o fortalecimento da rede de atenção às mulheres, considerando o alinhamento com marcos internacionais, tais como os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da ONU;
- Fortalecer o *Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres*;
- Recriar o organismo de políticas para mulheres com autonomia econômica e



financeira;

- Consolidar ações de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres fomentando cursos, créditos, economia criativa e economia solidária no município;
- Instituir política de bolsas de primeiro emprego para jovens mulheres;
- Contribuir com a segurança alimentar de mulheres de baixa renda.







POLÍTICAS PARA JUVENTUDE

As políticas para juventude estiveram sempre entre os temas mais importantes nos governos da Frente Popular. Olhando para os últimos anos, percebemos uma melhora quando falamos de jovens em Rio Branco. É fato que o caminho trilhado é complexo, em virtude das várias dificuldades existentes, no que tange a realidade dos jovens: a taxa de desocupação de jovens chegou a 38,1%, nos jovens de 15 a 17 anos, enquanto a média brasileira é de 29,12%. No caso dos jovens entre 18 e 24 anos, o percentual chegou a 19,2%, sendo que a média nacional é de 15,80%; o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza em Rio Branco chegou a 12,4%, enquanto que a média brasileira é de 9% (Atlas da Violência - 2018). O Mesmo estudo mostrou que a capital acreana está entre os municípios que respondem por 50% das

mortes violentas no Brasil.

Combater a violência, em especial a violência juvenil, é fundamental. Sabemos que ações voltadas para juventude funcionam como estratégias de prevenção à violência nas cidades. Promover Saúde, Educação de qualidade, Gerar Renda, fomentar a Qualificação Profissional, facilitar o acesso à Cultura, Esporte, Lazer e Cidadania são tarefas inerentes às nossas gestões, para que seja eficiente a promoção de políticas públicas de juventude.

O poder público deve enxergar o jovem como o sujeito de direitos que é, considerando toda a sua pluralidade: classe social, etnia, religião, mundo urbano ou rural e gênero.

A juventude com o acesso às novas tecnologias, acesso à informações, adquiriram mais espaço na sociedade e se colocaram como protagonistas de



suas próprias histórias, criando pressões sociais e fazendo com que os governos fossem obrigados a criar medidas para promover o bem viver desse segmento.

Conseguimos garantir alguns direitos para juventude, dentre as muitas reivindicações do movimento durante os anos de nossos governos. As gestões apoiaram a luta dos jovens na capital, tendo como marco fundamental a criação da **Secretaria Municipal Adjunta da Juventude**, organismo que proporcionou um apoio maior à causa da juventude e que se dedicou a pautar a luta por direitos de milhares de jovens.

Agora, a luta é para retomar o caminho que vinha sendo traçado em torno dessas políticas, pensando e operacionalizando estratégias públicas focadas nos jovens rumo a uma sociedade mais igualitária e justa.

NOSSAS PROPOSTAS

- Recriar a **Secretaria Adjunta de Juventude** com autonomia administrativa e financeira;
- Manter a taxa única de R\$ 1,00 (um real) para os estudantes no transporte público da cidade;
- Fortalecer o Programa "Bolsa Estágio" para o desenvolvimento de atividades esportivas, lúdicas, artísticas e educativas voltadas à juventude nos espaços públicos municipais, garantindo a continuidade e manutenção dos jovens no mercado de trabalho;
- Fortalecer programas de inserção de jovens no mercado de trabalho, a exemplo do Jovem Aprendiz, com oferta de contrapartidas fiscais à empresas que a ele aderirem;
- Criar uma rede de acesso gratuito à internet nos



pontos estratégicos da cidade e em escolas rurais;

- Investir e fomentar espaços que já existem relacionados à juventude, como a Praça da Juventude no Segundo Distrito, o Teatro Barracão na Sobral, o Ceja no Aeroporto Velho, entre outros;
- Fortalecer programas de inserção de jovens no mercado de trabalho, a exemplo do Jovem Aprendiz, com oferta de contrapartidas fiscais à empresas que a ele aderirem;
- Criar uma política de fortalecimento ao "Empreendedorismo Jovem" e incentivar a criação de cooperativas solidárias, de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa para geração de renda;
- Criar feiras para a juventude empreendedora em parceria com Sebrae, Senac e outros

parceiros;

- Dar continuidade ao *Festival Estudantil da Canção - FEC* anualmente, implantando o *Banco de Talentos Artísticos*;
- Elaborar e implantar um Plano de Ação de Enfrentamento à Violência contra a juventude negra;
- Criar programa de comunicação para a juventude com temas transversais como: educação sexual, direitos, prevenção da gravidez na adolescência, a comunidade jovem LGBTQIA+ em suas especificidades, através de parceria com as áreas de Assistência Social e secretaria de Saúde; entre outros;
- Investir em incentivos à Cultura, Esportes e Lazer, como prevenção à violência;
- Reativar o *Conselho Municipal de Juventude*;



- Realizar parceria com a SEMEIA para a conscientização e formação de crianças e adolescentes sobre consciência ambiental, queimadas e redução do lixo.







POLÍTICAS PARA LGBTQIA+

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgeneros, Queer, Intersexo, Assexual + - LGBTQIA+ é um movimento que busca defender a aceitação dessas pessoas na sociedade, partindo do princípio fundamental de que todas as pessoas têm direito à vida e à liberdade - aliás, princípio básico consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aceitação social trata do respeito ao direito de cada um de escolher ou assumir como deseja viver.

A gestão pública é um ambiente de congregação do respeito à democracia e de reconhecimento dos sujeitos nas suas particularidades e subjetividades. Este princípio é a base democrática da atuação de um gestor no Estado de Direito.

Rio Branco conta com a presença desse movimento em diversas formas organizativas: por meio de associações

Nossa cidade registra casos frequentes de abandono, segregação, violência familiar e exclusão social contra a população LGBTQIA+. Violências efetivadas na falta de oportunidades, em crimes bárbaros e manifestações de preconceitos.

O Brasil, em 2015, adotando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inaugurou uma nova era de cooperação internacional e esforços nacionais, com o lema central "não deixar ninguém para trás".

Os governos progressistas atuam com base em princípios democráticos e com olhar



humanista, reconhecendo direitos e buscando promover tolerância, inclusão e respeito à dignidade das pessoas. Objetiva, assim, garantir o direito à vida, à dignidade, à Segurança, além da Saúde, Educação, Cultura e Bem Viver, universalizando direitos sociais básicos e incluindo a comunidade LGBTQIA+ nas políticas públicas.

O executivo municipal tem por obrigação garantir serviços públicos a essa população, sem preconceito, considerando suas necessidades específicas e promovendo cidadania.

NOSSAS PROPOSTAS

- Fundar o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+;
- Articular políticas públicas para transversalizar político-administrativamente os programas, projetos, serviços e benefícios de atenção à pessoa LGBTQIA+ nas

diversas áreas de atuação: Cultura, Saúde, Educação, Assistência, Trabalho e Renda, dentre outras;

- Promover a formação dos profissionais de educação sobre Diversidade Sexual e Cidadania LGBTQIA+, estendendo-as para toda comunidade escolar;
- Capacitar profissionais da área da Saúde para o acolhimento e atendimento adequado à população LGBTQIA+;
- Adequar unidade de Saúde de referência para o funcionamento de ambulatório municipal para travestis e transexuais, em obediência ao princípio legal do respeito à dignidade da pessoa humana previsto na constituição federal;
- Implementar os quesitos "orientação sexual" e "identidade de gênero", por autodefinição, nos prontuários



e fichas de atendimento nos serviços municipais de Saúde;

- Reconhecer todas as formas de organização familiar, incluindo a homoparental, nos programas geridos pela administração pública, em especial na área de Assistência Social;
- Incentivar a criação de empreendimentos solidários para a população LGBTQIA+, com atenção para Travestis e Transexuais, bem como o empreendedorismo individual e a inserção no mercado de trabalho;
- Criar programa de geração de renda para população LGBTQIA+ em situação de rua, extrema pobreza e vítimas de violação de direitos humanos;
- Realizar campanhas de enfrentamento à LGBTQIA+fobia e de conscientização social sobre os direitos das pessoas

LGBTQIA+;

- Capacitar gestores públicos municipais, bem como todo e qualquer prestador de serviço contratado pelo município, conselheiros tutelares e de direitos, nas questões relacionadas às pessoas LGBTQIA+;
- Referenciar uma unidade assistencial voltada ao acolhimento da população LGBTQIA+ em situação de abandono familiar e vulnerabilidade social, com serviços de assistência social, orientação psicológica e jurídica;
- Fomentar estudos, pesquisas e debates sobre as especificidades da orientação sexual e identidade de gênero da comunidade LGBTQIA+;
- Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidades e de tratamento às pessoas

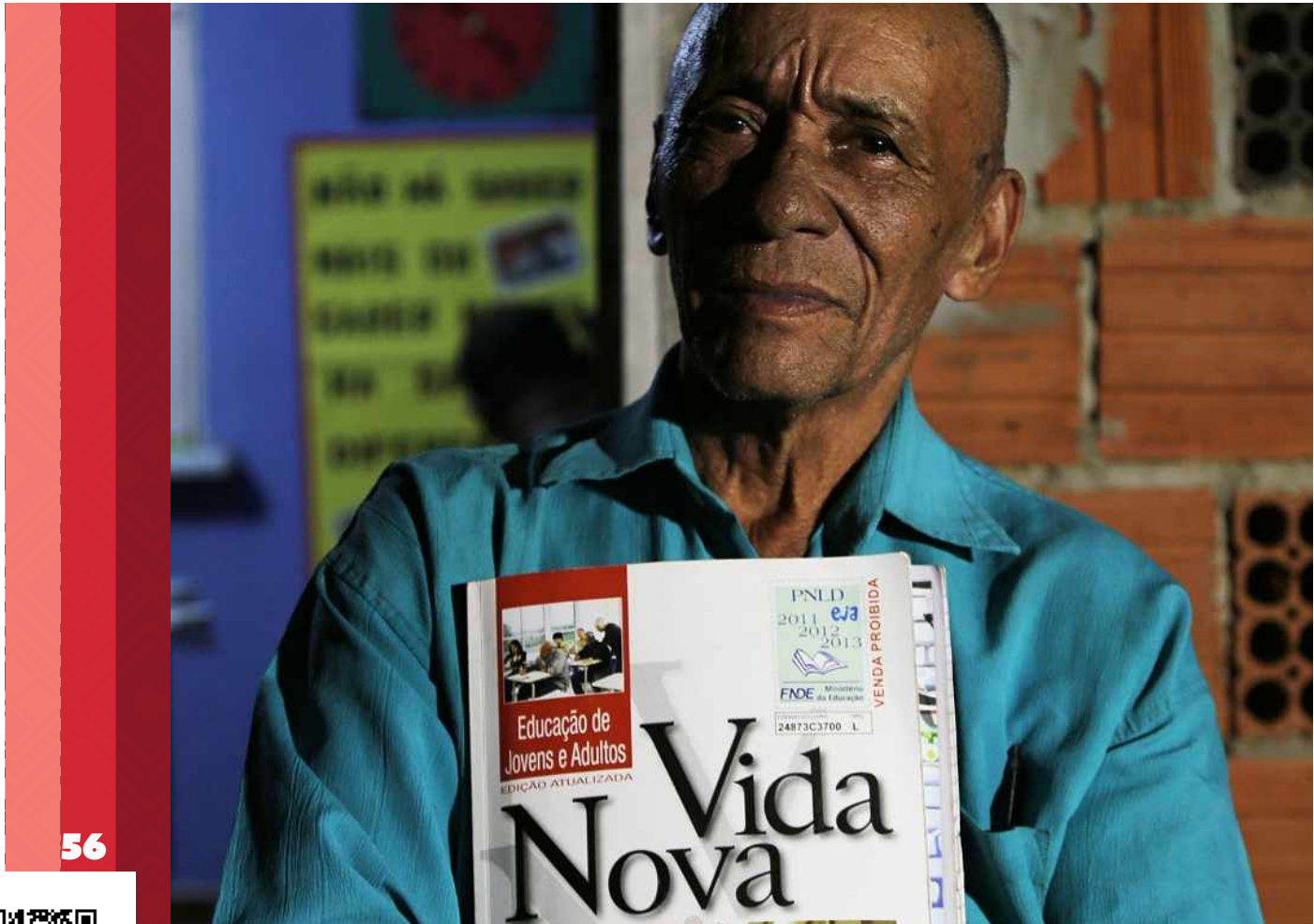


profissionais do sexo,
promovendo o acesso à
Saúde, Educação, Moradia e
Segurança;

- Apoiar iniciativas empresariais voltadas à inclusão no mercado de trabalho de pessoas com diversas orientações de gênero;
- Articular iniciativas culturais que contribuam para a conscientização social sobre os Direitos Humanos e a Diversidade Cultural LGBTQIA+ no município;
- Manter diálogo permanente com o movimento LGBTQIA+ em Rio Branco, reconhecendo e encaminhando suas demandas por políticas e ações públicas.







DIREITOS PARA OS IDOSOS

Estudos demográficos apontam para um envelhecimento rápido da população brasileira e com uma expectativa de vida aumentando cada vez mais. Segundo a *OMS*, em 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos. O crescimento desse grupo etário foi observado já no *Plano de Ação Internacional de Vienna*, pela *Assembleia Geral das Nações Unidas*, em Nova York, em 1982.

O artigo terceiro do *Estatuto do Idoso*, Lei nº 10.741/2003, diz que “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

A Constituição de 1988 é um marco normativo para os direitos da pessoa idosa no Brasil. Garante sua participação na comunidade, na formulação de políticas públicas, na defesa de sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

A pessoa idosa tem a capacidade de se manter ativa e participativa na nossa sociedade, contribuindo com a sua experiência e conhecimento. É necessário que se desconstrua preconceitos

Rio Branco conta com uma população de 21.620 pessoas idosas, correspondendo a 6,43% de seus habitantes (IBGE-2010). Assim, objetivando orientar as políticas públicas e melhorar a qualidade de vida da população maior de sessenta anos, com prestações de serviços de qualidade e compromisso com os que, ao longo de suas vidas,



contribuíram e ainda contribuem, das mais variadas formas, para o desenvolvimento de nossa cidade, nos comprometemos com a promoção e garantia dos direitos dos idosos.

É fundamental o apoio ao *Conselho Municipal da Pessoa Idosa*, para suas contribuições aos órgãos e entidades públicas e privadas, sempre que houver interesse relativo aos direitos e ao bem-estar da pessoa idosa. Bem como a transversalidade nas ações entre as várias áreas de atuação do município, para o sucesso dessa iniciativa que assegura a dignidade das pessoas idosas de Rio Branco.

O município deve definir políticas, responsabilidades e metas para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa, priorizando o atendimento aos idosos em situação de vulnerabilidade e risco social.

É fundamental considerar essa realidade na construção

de perspectivas futuras para o envelhecimento saudável da população, com o foco na melhoria da qualidade de vida dos idosos e idosas riobranquenses.

NOSSAS PROPOSTAS

- Implementar organismo de articulação de políticas para pessoa idosa;
- Recriar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- Criar cursos de capacitação para pessoas idosas reingressarem no mercado de trabalho;
- Realizar campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas com mais de 60 anos;
- Realizar seminários para desenvolver políticas públicas para as pessoas idosas;
- Ampliar os grupos de convivência e acolhimento para pessoa idosa: Centros-



Dia, espaços de dança como Senadinho, academias populares, entre outros;

- Realizar eventos esportivos, culturais, recreativos e de lazer, com atenção especial para esta população, visando à educação para o envelhecimento ativo;
- Potencializar as ações de moradia e regularização fundiária para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social.





DIREITOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Podemos afirmar que o transtorno mental, perda da esperança de viver, violência, entre outras causas.

Pessoas em situação de rua experienciam cotidianamente a repressão, o preconceito, a indiferença e a violência. E ainda são estigmatizadas, rotuladas como incapazes, vagabundas, bandidas e criminosas, evidenciando ainda mais a criminalização da pobreza.

O *Movimento Nacional da População de Rua* tem lutado para despertar a consciência política das pessoas que vivem em situação de rua e responsabilizar os governos pela implementação de políticas públicas para essas populações.

A cada ano, mais pessoas utilizam as ruas como local de moradia. Essa realidade se evidencia em decorrência de alguns fatores como: ausência de vínculos familiares e comunitários, perda da autoestima, migração, desemprego, dependência química, pessoas com sofrimento ou

O Ministério Público do Acre estima que 800 pessoas vivam nessas condições no Estado. Em maio de 2020, o Acre foi notificado para apresentar um plano de atendimento a essa



população durante a pandemia.

Rio Branco tem mais de 180 moradores de rua, apontados pela Secretaria de Assistência Social, que necessitam de atenção por parte do poder público. Temos que garantir a elas a reprodução das suas vidas, lutando contra a violação de seus direitos, para que acessem serviços, benefícios, programas e projetos públicos, de competência do município.

NOSSAS PROPOSTAS

- Ampliar os serviços do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro em Pop) de Rio Branco;
- Realizar censo da População de Rua em Rio Branco;
- Definir conjunto de serviços e programas na área da Assistência Social a serem prestados para o atendimento às necessidades e garantia dos direitos das pessoas em situação de rua;
- Criar um Centro de Referência para População em Situação de Rua com banho, armário, lavagem de roupa, organização pessoal, além de atendimento social, psicológico e demais áreas da Saúde;
- Desenvolver projetos de prevenção a DST e AIDS, redução de danos e tardes culturais para esse público,



em interface com Centros de Saúde, FGB e ONGs;

- Investir em capacitação profissional para esse público, possibilitando a geração de renda;
- Realizar campanhas educativas acerca do respeito à população de rua;
- Ampliar os serviços de abordagem dos usuários de álcool e outras drogas.





CONSTRUINDO CAMINHOS PARA INCLUSÃO

Segundo a Lei *Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (LBI), "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015).

No Brasil, o Censo Demográfico de 2010, realizado antes da promulgação da LBI, identificou 45,6 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, representando quase um quarto (23,9%) da população brasileira (IBGE, 2010). No Acre, o mesmo Censo apontou um contingente de 225.054 pessoas com deficiências, sendo que destas, 108.236 residiam na capital, Rio Branco (IBGE, 2010).

Em 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS indicou que apenas 30,4% das pessoas com deficiência intelectual frequentavam algum serviço de reabilitação em Saúde. Esse percentual reduziu para 18,4% quando se tratou da população com deficiência física; 8,4% para a população com deficiência auditiva; e 4,8% para pessoas com deficiência visual (IBGE, 2013).

De acordo com dados da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (Munic), realizada em 2014, "a maioria das Prefeituras do país não promoviam políticas de acessibilidade, tais como lazer para pessoas com deficiência (78%), turismo acessível (96,4%), geração de trabalho e renda ou inclusão no mercado de trabalho (72,6%)" (IBGE, 2017).

Com a promulgação da LBI em 2015, a expectativa, por parte da sociedade e, principalmente, das pessoas que possuem algum



tipo de deficiência é de que essa realidade seja alterada, uma vez que determina, em seu artigo 8º, que "é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária..." (Brasil 2015).

Neste sentido, passa a se constituir uma obrigação dos entes federados e, de forma mais direta, da municipalidade, desenvolver políticas públicas que venham ao encontro das necessidades de realização dos direitos das pessoas com deficiência, nas mais distintas áreas de promoção da vida e da

dignidade humana.

Apesar do Censo Demográfico 2010 haver categorizado as deficiências como física, mental/intelectual, visual e auditiva, faz-se necessário considerar que uma mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência. Neste sentido, um exemplo, quando se refere a múltiplas deficiências, deve ser dedicado à Síndrome Alcoólica Fetal - SAF.

O álcool é reconhecido como a droga com o maior potencial de provocar retardo mental e teratogênias em crianças filhas de mães que consomem bebidas alcólicas durante a gestação. Desta forma, a SAF é uma síndrome provocada pelo uso de álcool na gravidez, provocando uma série de efeitos sobre o feto e recém-nascido que se estenderão por toda a sua vida.

Nossas gestões avançaram no atendimento às pessoas com deficiência através da implementação do Centro



Especializado em Reabilitação Frei Paolino Baldassari, que unificou e ampliou os diferentes atendimentos terapêuticos de reabilitação para crianças e adultos com deficiência visual, auditiva ou intelectual, no *Instituto Estadual de Neurocirurgias, Traumatologia e Reabilitação* (Into); e na implantação do *Centro Público de Atendimento ao Autista*, na Policlínica Barral y Barral.

É um dever do poder público trabalhar para integrar as pessoas com deficiências e possibilitar que esse grupo tenha acesso aos direitos que são garantidos pela Constituição. Esse é nosso compromisso.

NOSSAS PROPOSTAS

- Disponibilizar, por meio da Secretaria de Gestão/Administração, um mapa de serviços disponíveis às pessoas com deficiências;
- Criar a Central de Atendimento em LIBRAS que funcionará dando suporte
- ao atendimento a pessoas com deficiência auditiva e surdos, que procurarem qualquer serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Rio Branco;
- Garantir em toda e qualquer atividade oficial, cultural e/ou cívica realizada pela Prefeitura de Rio Branco, serviço com intérprete de Libras e audiodescrição, de forma a promover a inclusão de pessoas com deficiências;
- Promover programa de capacitação continuada para profissionais das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, visando aprimorar o atendimento a pessoas com deficiências no município de Rio Branco;
- Ampliar a capacidade de Serviços de Habilitação e Reabilitação em Rio Branco;
- Propor e incentivar a realização de campanhas que visem a prevenção de



deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

- Garantir o acesso à Educação, Saúde, Trabalho e Renda, Assistência Social, Transporte, Cultura, Turismo, Desporto, Lazer, Urbanismo e outras relativas às Pessoas com Deficiência.







RIO BRANCO INTELIGENTE E CONECTADA

70



Cidade inteligente é aquela que dá as respostas mais eficientes para os problemas que seus moradores enfrentam, com o objetivo de garantir melhor qualidade de vida para todos. Isso se dá tanto em relação aos serviços que a Prefeitura presta diretamente, quanto na simplificação das regras para a oferta de outros serviços que, mesmo essenciais, são providos pela iniciativa privada.

Soluções inteligentes dialogam intimamente com o mundo das Tecnologias de Informação e Comunicações - TICs. Isso porque, nas últimas quatro décadas, as TICs têm sido uma das principais fontes propulsoras das transformações nas relações sociais e econômicas em todo o mundo. Essas tecnologias vêm acelerando as descobertas científicas, modificando processos produtivos, facilitando o surgimento de outras inovações e rearranjando relações profissionais. Por suas características e seus imensos potenciais de transformação, as

TICs são reconhecidas como tecnologias de uso geral. Elas deixaram de ser atividades de suporte aos empreendimentos para serem elas próprias, a principal força motriz para o desenvolvimento das regiões que mais se destacam no planeta.

Mas, para ter acesso ao mundo das TICs, precisamos estar conectados.

Precisamos de uma cidade melhor para todos e com as TICs em expansão, contribuindo para melhorar a qualidade da Saúde, da Educação, da Mobilidade Urbana e demais áreas, ampliando as oportunidades de ocupação, Emprego e Renda para milhares de jovens e adultos que lutam por uma oportunidade de trabalho atualmente.

Por isso, nosso Plano para a Prefeitura de Rio Branco dedicou um espaço especial às tecnologias de informações e comunicações, apesar de a responsabilidade pelas políticas públicas nessa área serem



muito mais do Estado do Acre e, sobretudo, da União.

Para se ter soluções inteligentes de TICs e dotar Rio Branco de melhores condições para resolver os problemas que a população enfrenta, a administração municipal precisa ter uma política permanente de conectividade, com internet de alta velocidade para integrar todos os órgãos que a compõem. Isso vai garantir maior eficiência e eficácia na prestação dos serviços para os cidadãos e ainda, poderá garantir acesso fácil dos munícipes às informações relevantes e aos próprios serviços dos quais precisam.

A conectividade atualmente passou a ser de extrema importância. Observamos pelo isolamento imposto pela pandemia da covid-19. O trabalho em casa em sistema de home office, a suspensão das aulas presenciais, com a adoção de aulas à distância, e o alto consumo de games e vídeos com toda

espécie de conteúdo cultural, informativo e recreativo são provas de que a vida das pessoas depende completamente de acesso à internet em banda larga. O problema é que centenas de famílias pobres em Rio Branco não têm esse direito assegurado. Garantir acesso é, portanto, uma ação fundamental de inclusão social e nivelamento de oportunidades no novo mundo que nasce.

É mister dizer que a Prefeitura não poderá resolver isso sozinha. Mas, respeitando as atribuições que lhe competem como ente da Federação, a Prefeitura irá desenvolver uma intensa política de TICs e acesso à internet.



NOSSAS PROPOSTAS

- Tornar Rio Branco a capital com a maior e melhor rede de fibra ótica da Amazônia, com internet wifi gratuita nas escolas, centros e postos de Saúde, praças, parques, mercados e terminais de ônibus;
- Garantir conectividade, com internet de alta velocidade para integrar todos os órgãos do município;
- Conectar todos os órgãos da administração municipal à Rede Nacional de Ensino e Pesquisas - RNP, ampliando a capacidade de transmissão de dados, através de convênio com a RNP, com valor menor do que o gasto atualmente, estendendo a capacidade de banda a ser disponibilizada em todos os órgãos públicos municipais, que passarão a ter maior efetividade e eficiência em suas funções e ainda servir

como zonas de acesso livre à internet, enquanto as pessoas aguardam pelo atendimento dos serviços no município;

- Desenvolver um programa de iniciação às tecnologias de informação e comunicações nas escolas da rede municipal de ensino, dotando as escolas de conexão em alta velocidade, equipadas com dispositivos apropriados para alunos e professores, recebendo suporte técnico e formação adequada para melhor explorar os recursos disponíveis;
- Instituir o *Centro de Tecnologia de Rio Branco*, espaço voltado para o desenvolvimento de soluções e incentivo aos talentos voltados para as TICs;
- Desenvolver concursos e maratonas com vistas a selecionar as melhores e mais viáveis soluções para



problemas que o município enfrenta nas áreas de Saúde, coleta e destinação dos resíduos, Mobilidade Urbana e Planejamento do Trânsito, Empreendedorismo Econômico e Social, uso racional de energia, água e outros insumos;

- Instituir o Programa Conexão Solidária, para famílias mais vulneráveis inscritas no CadÚnico, com crianças matriculadas na rede municipal de ensino, seja através de subsídio à conectividade com o suporte de emendas parlamentares, seja abrindo os espaços das escolas e centros de convivência para os alunos acessarem a internet no contraturno;
- Atualizar o Plano Diretor e Lei Orgânica do Município para facilitar a conectividade em todas as áreas da cidade, para que todas as edificações condominiais e

todos os loteamentos a serem implantados incluam em seus projetos a previsão de dutos de passagem para a infraestrutura de fibra;

- Implementar o licenciamento simplificado para todos os serviços de conectividade do município, em especial para as Prestadoras de Pequeno Porte - PPPs, que tem levado banda larga fixa para muitos bairros de Rio Branco, de forma que não haverá qualquer barreira à instalação de antenas ou à implantação de rede de fibras na cidade;
- Desenvolver o Programa de apoio aos PPPs - Prestadores de Pequeno Porte, em parceria com o Sebrae/Acre, para incentivo no sentido de que em todas as regionais da cidade haja pelo menos um provedor de banda larga fixa para atender a comunidade local a preços razoáveis, com incentivo



especial de ISS para essa modalidade de serviço;

- Criar a *Conta On-Line do Cidadão*, onde se possa acompanhar o agendamento de serviços, consulta de processos e demais serviços da Prefeitura.





PARTICIPAÇÃO POPULAR



Uma gestão moderna ultrapassa a ideia singular de aparatos tecnológicos, prima pela relação e diálogo permanente com as pessoas, ampliando as possibilidades de escuta, reduzindo a invisibilidade dos sujeitos sociais que compõem a sociedade. A gestão moderna integra pessoas, oferece espaços de participação, articula técnicas e métodos de participação social para sensibilizar e efetivar uma melhor oferta de serviços públicos.

O conceito de Gestão Participativa se pluga ao presente consorciando o saber fazer compartilhado, de forma transparente e democrática, a fim de garantir resultados efetivos à população de agora e do futuro.

Porém, a realidade de Rio Branco, atualmente, se distancia deste propósito. No período de 2005 a 2018, avançou como uma gestão transparente, reconhecida pelos órgãos de controle, facilitou o acesso à informação, criou mecanismos de Gestão

Participativa com a presença direta da comunidade, através de fóruns de debates.

Hoje, se percebe a ausência de diálogo com a sociedade. Desta maneira, a transparência se tornou uma prática questionável, onde o povo não opina. Transparência não se resume a boletins eletrônicos de gastos públicos, com linguagem complexa à maioria da população. É necessário avançar para além dos relatórios técnicos, como forma de democratizar o acesso à informação.

O município não teve a capacidade de estruturar, nos últimos dois anos, um espaço político junto aos setores sociais para a elaboração, monitoramento e avaliação das ações da gestão e, via de consequência, a execução das políticas públicas.

É fundamental que possamos vencer o desafio de tirar a gestão municipal de dentro dos gabinetes, permitir que a sociedade tenha



informações concretas e que opine sobre os investimentos nas políticas públicas. O que significa fazer com as pessoas, dar valor ao conhecimento e às potencialidades de lideranças sociais, profissionais, especialistas e outros segmentos da sociedade. Significa criar uma metodologia de gestão integrada à população através de mecanismos, técnicas e ferramentas específicas e apropriadas.

Nossa intenção é legitimar socialmente as ações, junto à sociedade civil, por meio de instrumentos políticos de participação e controle social direto.

É necessário fortalecer as relações internas de gestão com vistas à consolidação da administração pública frente aos servidores e para a população, considerando que muitos colaboradores têm visão estratégica das áreas em que atuam.

É possível melhorar a

qualidade dos serviços e os indicadores sociais da cidade, uma vez que serão colocados, de forma articulada, os olhares internos dos servidores com as percepções externas da população em geral.

A modernização, transparência e a participação social formam os pilares para o fortalecimento da democracia na gestão pública. Este debate ficará no centro da gestão, acompanhado diretamente pelo gabinete do prefeito. Como forma de impulsionar a dinâmica da cidade, fortalecendo o sentimento de pertença de todos os munícipes, o que pressupõe a realização de encontros e fóruns de debates quer sejam presenciais ou virtuais. Rio Branco será a cidade do diálogo.

NOSSAS PROPOSTAS

- Resgatar as metodologias instrumentos e canais de participação popular, seja na gestão das políticas públicas ou na implementação do orçamento participativo;



- Reativas os Conselhos Populares, que terão a função de acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas de áreas de serviços ou de territórios abrangidos pela gestão pública municipal, bem como a realização de fóruns e conferências;
- Estruturar uma plataforma municipal que permitirá a qualquer cidadão contribuir com a organização da cidade (espaço para dúvidas, reclamações e sugestões);
- Criar o espaço do servidor, centro de referência e de escuta ao servidor. Ambiente aberto para que o servidor municipal possa emitir opiniões, fazer reclamações, elogios de forma aberta ou sigilosa, com o objetivo de chegar direto ao gabinete do prefeito;
- Implementar o Comitê Permanente de Modernização

da Gestão Pública, que terá a função de observar experiências exitosas de melhoria, simplificação, celeridade e eficiência no atendimento e na oferta dos serviços públicos de forma integrada ao planejamento da gestão;

- Instalar o Departamento de Acompanhamento das Relações Democráticas e Operacionais no Trabalho, como forma de melhorar as relações democráticas e reconhecimento dos direitos dos servidores.





NOSSA CIDADE MAIS SUSTENTÁVEL

80



O Estado do Acre é referência nacional e internacional pelas iniciativas de luta de seu povo e de administração pública de nossas gestões populares na defesa do meio ambiente, cujo legado é expresso em um território protegido com 87% de Floresta Amazônica, resultante da demarcação das terras indígenas, reservas extrativistas, áreas de parques e de proteção ambiental.

Esse legado tem como pressuposto uma proposta de economia sustentável baseada nos produtos da floresta, em contraponto à pressão do desmatamento e de uma economia predatória que avança na esteira desse capitalismo neoliberal que a tudo monetariza e dilui.

A pandemia da covid-19, junto com os efeitos das mudanças climáticas, são alertas evidentes do que está por vir se continuarmos neste caminho.

Os povos ancestrais, aliados a estudos científicos, trazem indicações sobre os caminhos a serem seguidos na busca de um modo de vida em harmonia com a natureza. Defender a vida, a floresta, os animais é um pressuposto para a manutenção da vida humana, em tempos de mudanças climáticas e devastação florestal, como o que enfrentamos neste momento.

Nossa visão de cidade e desenvolvimento nasce e se confunde com princípios de sustentabilidade ambiental e participação popular; cresce com a adoção de meios de inteligência territorial estratégica como base para as ações ambientais, para a gestão de riscos e para a promoção de iniciativas de produção sustentáveis, culminando na desejada transformação de Rio Branco numa cidade inteligente e moderna.



LEGADO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NAS GESTÕES DEMOCRÁTICAS EM RIO BRANCO

Quando nos referimos ao legado das políticas ambientais para o município de Rio Branco, três mandatos se destacam: o pioneiro Jorge Viana, de 1993 a 1996, o primeiro prefeito progressista a governar Rio Branco; e a continuidade destas políticas nas gestões dos prefeitos petistas, Raimundo Angelim, 2005 a 2012; e Marcus Alexandre, 2013 a 2018, com significativas contribuições para melhorar a vida das pessoas na cidade.

Até 1993, Rio Branco era um município com mais de 200 mil habitantes que cresceu rápido e desordenadamente no meio da floresta Amazônica, ocasionando muitos problemas como: desmatamento indiscriminado, ocupação por moradias em áreas inadequadas ou sem um mínimo de infraestrutura, falta de saneamento básico, poluição

sonora, visual e do ar, bem como a degradação dos recursos hídricos (dos igarapés e do Rio Acre), falta de áreas verdes, arborização urbana, calçadas e locais de lazer.

Nesse período a cidade era um caos. Muito lixo espalhado pelas ruas, que estavam completamente danificadas, não existia calçadas para o deslocamento dos pedestres, as praças estavam abandonadas e degradadas. Não havia arborização, o Horto Florestal já existia, porém estava fechado ao público e com muito entulho. Igarapés e o Rio Acre com esgoto e lixo eram cenas presentes. Não havia sinalização nas ruas, e a pouca que existia estava completamente danificada.

A periferia de Rio Branco era caracterizada por um contingente populacional significativo de pessoas que haviam migrado no final da década de 1970 dos seringais, sem trabalho, sem formação escolar, sem especialização profissional, porém,



com esperança de encontrar na cidade um espaço para ter um futuro melhor, estudo de qualidade para os filhos.

De 1993 a 1996, inicialmente foi criada uma **Assessoria de Meio Ambiente** (AMA), ligada ao gabinete do prefeito e depois de dois anos de mandato, foi instituída por Lei a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** (SEMEIA).

Ações importantes foram desenvolvidas ao longo dos quatro anos de mandato: consolidação de 3 (três) Parques Municipais (Horto Florestal, Capitão Ciriaco e Chico Mendes); criação e estruturação da Escola de Meio Ambiente; criação de campanhas e ações ambientais; recuperação e manutenção de praças e jardins; fiscalização ambiental; estruturação e manutenção do Viveiro Municipal de Produção de Muda; criação do Programa de Proteção das Áreas Verdes; realização da Feira de Produtos da Floresta do Acre – FLORA; implementação de

parcerias com IMAC e Corpo de Bombeiros, órgãos federais como IBAMA, UFAC (principalmente o Parque Zoobotânico), o Exército Brasileiro e organizações da sociedade civil, como o Lions Clube, Grupos de Jovens, SOS Amazônia, entre outros.

De 2005 a 2012 houve uma continuidade das ações iniciadas no governo Jorge Viana, ampliando e inovando em muitas das ações das políticas ambientais urbanas, deixando legados importantes para o povo riobranquense: recriou-se a SEMEIA, que na gestão anterior havia sido transformada em gerência; implantou-se o **Sistema Municipal de Meio Ambiente** (SIMMA); foi criada a **Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra** (APARIS), foi implementado o seu Conselho Deliberativo; foi construído o **Parque Linear do Igarapé São Francisco**; foi implantada a **Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos** (UTRE), que em 2011, recebeu o Prêmio Caixa



das Melhores Práticas em Gestão Local com o projeto *Sai do Lixo*; foi elaborado o *Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Rio Branco*; foi realizada a elaboração dos estudos para remediação (recuperação da área do antigo aterro - lixão) e fechamento do antigo Aterro Sanitário Controlado; foi realizado o assessoramento para criação do *Projeto CATAR* - projeto comunitário de coleta seletiva de resíduos sólidos, gerido por uma cooperativa da sociedade civil, com objetivo de gerar renda aos comunitários; houve a institucionalização e elaboração do *Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural do Município de Rio Branco* (ZEAS); foi elaborado e implementado o *Plano de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Riozinho do Rola*; realizada a reestruturação das áreas de fiscalização, licenciamento e a compensação ambiental e a criação da categoria de Fiscais de Meio Ambiente; os recursos da compensação ambiental foram

destinados para apoiar a *Política Municipal de Meio Ambiente*, assim como a instalação de 17 Ecotecas em escolas municipais; houve a reconstrução da nova base física da Escola de Meio Ambiente no Horto Florestal; foi realizada a revitalização do Horto Florestal e do Parque Ambiental Chico Mendes; foi mantido o Zoológico do Parque Ambiental Chico Mendes; foi idealizado o programa de rádio *Planeta Acre* (2008); foram produzidas 150 mil mudas/ano, principalmente de plantas ornamentais, atendendo projetos da Prefeitura e doações para instituições públicas e comunidade; foi realizada a arborização de centenas de espaços urbanos, incluindo praças, canteiros, rotatórias e paisagismo em diversas obras da Prefeitura Municipal de Rio Branco e a elaboração do *Plano Anual de Controle e Prevenção de Queimadas Urbanas*, o que resultou em uma redução das queimadas urbanas de aproximadamente de 57% (de 2010 para 2011).



Entre 2013 e 2018, foi dada grande importância para o tema: consolidaram-se os programas de difusão e formação de agentes ambientais; ampliou-se a produção de mudas de 100 mil para 158 mil/ano de plantas ornamentais; plantou-se mais de 9 mil árvores em espaços públicos municipais para manter a arborização urbana; realizaram-se 6,5 mil visitas orientadas de alunos ao Horto Florestal; foram realizadas 78 ações integradas com várias outras secretarias municipais em intervenções estratégicas para evitar a ocupação irregular e o programa de recuperação de **Áreas de Proteção Ambiental** – APP; ocorreu a adesão à plataforma **Cidades Sustentáveis**, que consiste na elaboração de diagnóstico contendo indicadores básicos; houve a inclusão de Rio Branco na **Campanha Mundial de Redução de Desastres Construindo Cidades Resilientes** da ONU; foram realizados grandes investimentos nos parques urbanos; e realizada a elaboração do **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos**

Sólidos (PGMRIS).

Em Rio Branco, 92% da população é urbana, o que torna evidente que não é possível permanecermos com o atual modelo de desenvolvimento. Os índices nos obrigam a criar a transição para um desenvolvimento sustentável, de maneira integrada e transversal, que incorpore as dimensões social, ambiental, política e cultural, baseado em uma economia inclusiva, verde e responsável, abordando as diferentes áreas da gestão pública.

NOSSAS PROPOSTAS

GESTÃO AMBIENTAL

- Garantir a aplicação de orçamento mínimo do município para a SEMEIA, como forma de aumentar o alcance da Secretaria;
- Criar Câmara Técnica para viabilizar a integração das políticas públicas no modelo de Transição Ecológica;



- Fortalecer a infraestrutura física, consolidar a estrutura organizacional (incluindo um setor de geoprocessamento) e ampliar os recursos humanos da Secretaria de Meio Ambiente, fomentando os espaços de integração com as políticas públicas nas outras esferas de governo, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA;
- Focar a atuação da SEMEIA nas questões mais estratégicas para permitir resultados mais efetivos, tais como a formulação e aplicação das políticas e normas ambientais e participação nos planejamentos dos planos de desenvolvimento e expansão urbana, garantindo a transversalidade ambiental na execução da gestão.

LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

- Licenciar atividades e empreendimentos, conforme a descentralização do licenciamento ambiental, tendo como premissa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS);
- Fortalecer o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA para propiciar o aumento do controle, transparência e a participação da população na gestão municipal;
- Promover condicionantes com medidas de redução de impacto ambiental como teto verde, uso de água de reuso e energia solar para atividades e empreendimentos a serem licenciadas;
- Fortalecer a implantação do Plano Municipal de



Controle de Desmatamento e Queimadas (PMCDQ).

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente de forma ativa e com ampla difusão de suas ações;
- Fortalecer o Conselho Gestor dos espaços territoriais especialmente protegidos (Unidades de Conservação) de forma ativa e com ampla difusão das suas ações;
- Organizar e manter funcional o Sistema Municipal de Informações sobre o Meio Ambiente.

GESTÃO TERRITORIAL

- Ampliar os estudos e regulamentar **Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco** (ZEAS), realizando a atualização do mapa de gestão do município e aprovação da Lei que institui o ZEAS;
- Trabalhar o território tendo como base o ZEAS e seus respectivos eixos, sobrepondo território e água, numa visão de inovação daquilo que se quer avançar em função da realidade presente com a mudança do clima;
- Fortalecer a Gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Raimundo Irineu Serra, APA São Francisco e dos Parques Urbanos e Horto Florestal;
- Fortalecer a parceria para implantação de serviços de competência do município em espaços territoriais especialmente protegidos:



Unidades de Conservação Federal e Estadual;

- Promover a acessibilidade em espaços territoriais especialmente protegidos: Unidades de Conservação;
- Promover a acessibilidade em espaços verdes (parques e outros).

SEGURANÇA AMBIENTAL

- Criar o Programa de Patrulhamento Ambiental nos espaços verdes e praças, garantindo a segurança dos frequentadores.

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO AMBIENTAL

- Criar o Programa de Certificação de Escolas Sustentáveis, incentivando ações e trabalhos de preservação e conservação do meio ambiente com as crianças e jovens;
- Propiciar uma educação e difusão ambiental voltada para os jovens com o foco no empreendedorismo e no desenvolvimento sustentável;
- Dar continuidade a **Agenda Ambiental na Administração Pública** (A3P), com investimento na formação e sensibilização dos servidores quanto aos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS) e da Transição Ecológica;
- Implementar a transversalidade das Políticas Ambientais aplicadas aos planejamentos e execução



das demais secretarias do governo municipal, principalmente àquelas que impactam os bens ambientais (água, solo, florestas);

- Promover campanhas de sensibilização sobre o ODS para a sociedade;
- Promover ações e campanhas voltadas ao "Lixo e Cidadania": coleta seletiva;
- Incentivar e apoiar campanhas de implantação de Hortas Comunitárias em vazios urbanos e espaços públicos desocupados;
- Promover campanhas de esclarecimento público sobre Logística Reversa;
- Promover campanhas de incentivo à coleta seletiva, aliadas a estrutura de coleta e destinação;
- Retomar o Programa de formação de Monitores

Ambientais Mirins.

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS

- Elaborar o Plano de Saneamento Básico Ambiental para os próximos 20 anos;
- Promover a despoluição dos igarapés;
- Promover ações de controle e fiscalização durante a piracema nos igarapés;
- Elaborar e colocar em prática um programa de educação ambiental específico para a preservação das águas, aliado ao controle e fiscalização;
- Identificar e proteger as nascentes e olhos d'água.

ARBORIZAÇÃO

- Promover a conservação e recuperação de matas ciliares, usando os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR);



- Promover a implantação de corredores ecológicos, através de campanhas junto à sociedade e também no planejamento da gestão, tendo como meta o plantio de 1 milhão de árvores arbóreas e frutíferas;
- Fortalecer o viveiro municipal e incentivar a implantação de viveiros comunitários para produção de mudas, podendo envolver escolas, creches e outros espaços de gestão do município.
- Atualizar e fortalecer a implantação do Plano Municipal de Arborização, com destaque para as ciclovias;
- Criar e implantar um Programa de Restauração Florestal nas pequenas propriedades rurais, com espécies madeiras e frutíferas regionais, tendo por referência o Cadastro Ambiental Rural/Programa de

Regularização Ambiental do Estado do Acre (CAR/PRA);

- Criar uma estratégia municipal para a compensação ambiental através do plantio de árvores, para atividades poluentes, tais como viagens, eventos, etc.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Realizar investimento na estruturação da coleta seletiva de resíduos gerados nas residências e ampliar os Ecopontos;
- Promover ações junto às Indústrias do ramo da construção civil, para reaproveitamento de resíduos depositados na **Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos** (UTRE);
- Ampliar a legislação referente à destinação correta de resíduos e política reversa.



TRANSVERSALIDADE E PARCERIAS NA POLÍTICA AMBIENTAL

- Promover, junto ao órgão municipal competente, a Política Ambiental Municipal aliada ao **Plano de Gestão de Risco** (enchentes/secas/incêndios florestais);
- Promover ações referentes à Acordos de Cooperação com associações de catadores para reaproveitamento de resíduos sólidos;
- Promover ações para reativar as Feiras de Produtos da Floresta e Comidas Típicas;
- Promover ações de acolhimento e cuidados para gatos e cachorros em situação de rua, em parceria com UFAC/Medicina Veterinária e ONG's de proteção aos animais;
- Promover ações para o diálogo referente ao racismo ambiental;

- Promover ações para o incentivo ao turismo em áreas verdes/parques lineares/unidades de conservação, dentro do município;
- Incentivar a construção de habitações sustentáveis que minimizem os impactos ambientais, tais como teto verde, uso de água de reuso e energia solar; oferecendo alternativas de baixo custo e orientação técnica;
- Promover incentivos ambientais: instituir o **IPTU Verde**, visando fomentar medidas que contribuam com a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, ofertando em contrapartida benefício tributário ao contribuinte.





INFRAESTRUTURA: TRAÇOS URBANOS, RISCOS ATUAIS E LINHAS NO HORIZONTE

92



Os serviços de outras. infraestrutura do município apresentavam deficiências graves até o ano de 2004 e a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas de Rio Branco** correspondia a um pequeno departamento, que exercia a atribuição de licenciamento com base em uma legislação defasada, com recursos escassos, com um quadro insuficiente para elaborar projetos e fiscalizar as obras, que se restringiam a poucas ações pontuais de manutenção ou pequenas obras.

Um corpo técnico efetivo foi formado nas nossas gestões e a equipe conseguiu captar centenas de milhões de reais através de mais de 130 obras, que legaram 22 grandes intervenções de mobilidade, 19 urbanizações de bairros, 48 parques e praças, dezenas de novas creches e escolas infantis, 29 novas unidades básicas de Saúde, a nova Sede da Prefeitura, a CEASA, a UTR e a Rodoviária Internacional, entre

Além disso, dos 779 km de extensão de malha viária existentes até 2004, cerca de 300 km estavam pavimentados, o que foi ampliado para 475 km de ruas com pavimento até 2008 (61% da malha) e cerca de 600 km no presente. O setor de fiscalização urbanística foi constituído por um corpo profissional efetivo, mas demanda uma atenção específica em função da forte autoprodução urbana típica da identidade acreana, espontânea e informal, mas também da grave especulação imobiliária incidente.

A **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito** (RBTrans) foi consolidada como uma autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, recursos humanos efetivos e autonomia administrativa durante este ínterim, resultando na alteração da lógica relativa ao tema a partir da elaboração do **Plano Diretor de Transportes e**



Trânsito de Rio Branco, o qual necessita de revisão no quadro atual.

A crise gerada pela covid-19 trouxe um desafio às redes de transportes municipais, mas ao mesmo tempo, trouxe também uma oportunidade para uma ampla revisão no modelo existente e na forma de remuneração do serviço. Portanto, diante dessa nova condição teremos que nos nortear com um novo planejamento, construir o **Plano de Mobilidade Urbana** em atenção aos princípios, diretrizes e objetivos da **Política Nacional de Mobilidade Urbana**, Lei nº 12.587/2012. Desta construção não podemos renunciar a uma tarifa moderada e um novo transporte mais eficiente.

Acerca do atendimento por rede de esgotamento sanitário, Rio Branco, do ano 2000 a 2010, evoluiu de 35,3% para 44,1%, a proporção de moradias particulares permanentes que possuíam saneamento adequado (somando redes de abastecimento

de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica e até dois moradores por dormitório) variou de 27,9% para 34,3%, e o percentual dos que possuíam saneamento inadequado (somando abastecimento de água proveniente de poço, nascente ou outra forma, falta de banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago ou outra forma e mais de dois moradores por dormitório) caiu de 12,0% para 4,9%, segundo Sabino (2016).

Em 2010, a cidade ocupava a 75ª posição entre 81 urbes no ranking do *Instituto Trata Brasil* (à frente de 6 urbes, ou 7,4% da amostra), e em 2020 alcançou a 84ª posição entre 100 cidades (à frente de 16 urbes, ou 16% da amostra), superando Belém (95ª), Manaus (96ª), Santarém (97ª), Porto Velho (98ª), Macapá (99ª) e Ananindeua (100ª), ou seja, todas as urbes nortistas exceto Boa Vista (38ª). Porém, a nota geral atribuída pelo Instituto para Rio Branco foi de apenas 3,71, em uma escala de 0 a 10, resultado



que foi afetado pelos índices ainda abaixo da média nacional de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e pelo elevado índice de perdas no faturamento.

Muitos dos parques lineares implantados nos últimos vinte anos têm correlação com a macrodrenagem e a regularização urbanística das ocupações de áreas de proteção permanente, sendo articulados com urbanizações do PAC e com o reassentamento de famílias, considerando a importante trama de igarapés que ocupa as áreas urbanas e a séria ausência de opções para esportes e lazer que havia, requerendo hoje manutenções.

Foram instalados vários espaços de cultura na capital, notadamente entre os anos de 2000 e 2020, enquanto que na última década houve iniciativas recentes de redução do déficit de manutenção de sítios históricos e do conjunto de pontos e centros culturais, museus, teatros,

memoriais e bibliotecas, entre outros.

As sedes administrativas foram reconfiguradas ou transferidas para novas unidades nestes vinte anos, pois houve amplo incremento no corpo funcional municipal e os imóveis afins estavam muito deteriorados.

A mobilidade foi priorizada na capital, com as melhorias e ampliações nas vias, a implantação de muitos eixos novos e de 35 km de calçadas, porém a cidade ainda padece da importante defasagem de vias globalizadoras, em uma malha desconexa e do déficit crônico de calçadas, que espelha a crise na interação entre os lugares públicos e privados.

Os órgãos e entidades de infraestrutura atuam tanto nas atividades finalísticas, sendo responsáveis pela infraestrutura urbana e regional, quanto nas atividades meio, respondendo pelo projeto e pela fiscalização de obras, caso demandadas, para



os poderes judiciário, legislativo e executivo, dos três níveis da federação e atendendo aos setores de Educação, Saúde, Segurança Pública, Assistência Social e Ações Afirmativas, Assistência Jurídica, Gestão, Cultura, Esportes e Lazer, Controle, Empreendedorismo, Ciência, Tecnologia, Comunicação, Produção, Finanças, Turismo e Meio Ambiente, entre outros. Assim, as inconsistências correspondentes ao gerenciamento dos fluxos de informações e a delimitação de atribuições e competências entre as instituições responsáveis por cada atividade finalística e os próprios órgãos traduzem desafios gerenciais fundamentais para a próxima gestão.

O aumento da participação e do controle social é básico, a exemplo dos avanços ocorridos na Prefeitura entre os anos de 2006 e 2018, em que se articulou então o modo deliberativo (caracterizado por dispor de recursos determinados para a execução de ações locais, definidas

e monitoradas através de fóruns populares permanentes), bem com o consultivo (voltado à ações estratégicas e abrangentes, em que os programas de governo eram efetivados de forma sistêmica e debatidos periodicamente).

Há adicionalmente a necessidade de avançar em relação à criação de uma estrutura para os planos estratégicos de infraestrutura, composto por equipe multidisciplinar de técnicos referenciais em cada área, capazes de integrarem o planejamento e a execução, com a atribuição prioritária de conceber e coordenar os programas, utilizando-se de recursos científicos e tecnológicos atuais.

A capital e o Estado são fortemente afetados pelas restrições de infraestrutura existentes para o deslocamento de pessoas e produtos, seja nacionalmente, em função da posição desfavorável em relação ao circuito econômico



predominante, seja localmente, em relação à trafegabilidade das estradas vicinais não pavimentadas e periodicamente inacessíveis durante as chuvas, ou ainda a falta de embarcadouros, terminais de cargas e passageiros e de desobstrução dos leitos hídricos, o que torna as hidrovias um desafio.

Os avanços recentes no incremento do produto interno bruto e na participação dos segmentos privados na economia são palpáveis, porém o setor de infraestrutura necessita avançar muito no sentido da superação da dependência existente em relação aos recursos públicos externos. O agravamento da crise fiscal dos Estados e municípios, piorada pela pandemia da covid-19, provocará uma absoluta escassez de recursos próprios para as contrapartidas dos investimentos e, em especial, para o custeio administrativo e a manutenção da infraestrutura exponencialmente ampliada nas últimas décadas, relativa aos edifícios, espaços públicos, vias urbanas e estradas,

sendo que as características dos solos em conjunto com os custos decorrentes da logística necessária para o transporte dos insumos, prejudicam a durabilidade do pavimento, impondo manutenções e reconstruções.

O saber acumulado sugere severas fragilidades na integração e na conectividade da rede de vias da capital, mas a escassez de recursos próprios limita o desenvolvimento de novos projetos que visem a reconfiguração e o alargamento das vias, em função dos elevados custos com desapropriações que as intervenções deste tipo envolvem, o que reforça a urgência de estudos sobre a configuração urbana para embasar, em conjunto com os demais fatores, os investimentos nas obras de vias, espaços e edifícios públicos.

São inevitáveis ao equilíbrio financeiro do setor sanitário a redução das perdas do sistema e a normalização da arrecadação, juntamente com a confrontação



de falhas de conexão entre as redes ampliadas e as unidades de tratamento, de manutenção do amplo parque de estações compactas de tratamento de esgotos implantado, de solução aos despejos indevidos de dejetos nas redes de drenagens, que poluem os igarapés urbanos, e ao déficit de funcionalidade dos sistemas em geral, que se apresentam insatisfatórios.

Rio Branco, que contava até o ano 2000 com somente algumas praças específicas, passou a dispor de um complexo constituído por grandes parques ambientais, lineares e/ou em fundos de vales nas áreas centrais e bairros, além de orlas urbanizadas com amplos calçadões e muitas praças, resultando em dificuldades relativas à manutenção, razão pela qual as últimas obras têm priorizado maior durabilidade e economia em detrimento de outros fatores. Além disso, há desafios atinentes à interface entre os parques e as propriedades circunvizinhas, à garantia da

vitalidade de usos, à segurança, e à conjugação entre equipamentos voltados para as periferias, com alcance local e mais restrito, e os equipamentos centrais, com alcance municipal e expressiva importância simbólica.

Há necessidade de revisão do planejamento urbano em função da pandemia e das enchentes recentes, considerando os riscos relativos à importante instabilidade das encostas dos rios, que restringe muito as opções disponíveis para a utilização destas áreas centrais, no sentido do exercício da função social destas terras públicas, de forma a prevenir reocupações adensadas, geradas informalmente através de moradias insalubres, requerendo estudos aprofundados para subsidiar a proposição de estratégias efetivas e viáveis. Os vazios urbanos disponíveis devem ser considerados, notadamente aqueles situados em determinados locais do Segundo Distrito da capital, que são próximos ao centro, como o trecho entre



a quarta ponte e o estádio de futebol, servido por amplas avenidas.

Dentre os variados modos de produção das cidades amazônicas a autoprodução de moradia em leitos hídricos, áreas de várzea ou ribanceiras, com solos instáveis se destacam com aspecto singular, traduzindo correlações com os agrupamentos ribeirinhos não urbanos, mas também com os processos cotidianos de segregação social do Brasil.

Este quadro requer rearranjos interinstitucionais entre os vários níveis de governo e inclusive a Marinha, responsável pela gestão dos sistemas fluviais, com a revisão das Leis relativas à moradia, cidades e meio ambiente.

Um programa habitacional adequado ao momento atual e com potencial de impacto efetivo nas condições de vida da população acreana, requer a consideração de um amplo conjunto de ações, que contemple

diferentes escalas, atores, formas de financiamento e características socioculturais, abrangendo desde a requalificação de imóveis subutilizados em áreas centrais, programas de subsídio à habitação, lotes urbanizados, alternativas ribeirinhas, sistemas de locação social, conjuntos habitacionais e assistência técnica gratuita, entre outros, além da atribuição de uma função social para as áreas de risco que foram desocupadas, preservando-as.

As propostas derivadas destes desafios se alinham às diretrizes da chamada Nova Agenda Urbana, produto da **3ª Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável**, conhecida como Habitat III, ocorrida em 2018, em Quito - Equador. Em síntese, a agenda 2030, com os 17 objetivos para transformar nosso mundo: o fim da pobreza e da fome e a garantia universal de bem-estar, educação inclusiva, equitativa e de qualidade, de igualdade de gênero, oferta sustentável e acessível de água,



saneamento e energia, com crescimento econômico inclusivo e sustentado, inovação, segurança, resiliência urbana, justiça, paz e produção e consumo responsáveis, para reduzir desigualdades e proteger os ecossistemas, princípios fundamentais que incorporamos às nossas gestões.

NOSSAS PROPOSTAS

GESTÃO DA

INFRAESTRUTURA

MUNICIPAL

- Intensificar a participação e controle social, através de dois eixos: Eixo Deliberativo - com recursos reservados para a execução de intervenções locais, definidas e monitoradas através de fóruns populares permanentes; e eixo Consultivo - voltado ao enfoque estratégico e abrangente, em que o plano de intervenções é implantado sistemicamente e debatido em fóruns periódicos;
- Criar o *Núcleo de Projetos Estratégicos de Infraestrutura*, com a atribuição exclusiva de qualificar demandas, conceituá-las de acordo com diretrizes de urbanidade e sustentabilidade, definindo prioridades estratégicas do segmento;

100



- Produzir uma carteira de projetos prioritários, conciliando as demandas do Estado com as linhas de crédito tradicionais e também com fontes inovadoras, como as Parcerias Público/Privadas e similares;
- Propor a implantação de operações consorciadas entre a capital e as cidades de Porto Acre, Bujari e Senador Guiomard, em especial quanto ao transporte e aos resíduos;
- Criar um programa de fomento às pequenas empresas da construção civil, contemplando capacitação, desburocratização e possibilidades de contratação;
- Anunciar anualmente o **Calendário Básico de Obras**, objetivando organizar a contratação de obras públicas e integrar as demandas setoriais e investimentos.

MOBILIDADE URBANA

- Construir o Terminal Urbano do Segundo Distrito e rever as linhas da região, com o uso de energia solar e captação de água, e ainda será avaliada a possibilidade para que se torne potencial ponto de suporte à logística de transporte e abastecimento dos produtos provenientes dos pequenos produtores, podendo ter uma parte de sua estrutura voltada para a comercialização dos produtos;
- Criar a base operacional da Prefeitura no Segundo Distrito;
- Atualizar o **Plano de Mobilidade Urbana**, em função do quadro pós-pandemia, da consolidação das subcentralidades nos bairros e do novo Polo Logístico;
- Considerar o potencial de movimento da malha



viária do município para a eleição das prioridades de investimentos em estradas, ramais, avenidas e ruas;

- Implantar o **Programa de Manutenção das Estradas Vicinais**, com recuperação, sinalização e manutenção preventiva, mas também reforço de pontos críticos;
- Instituir o **Conselho Permanente de Investimentos em Ramais** e prospectar tecnologias mais duráveis para a pavimentação daqueles julgados principais, sob a ótica de Produção, Transporte Escolar, Assistência Social e Saúde;
- Priorizar a execução de vias e pontes de ligação entre bairros e a constituição de novos eixos globalizadores, que gerem maior integração das vias urbanas;
- Implementar forte Programa de investimentos em obras públicas que dinamize a

indústria da construção civil e faça avançar a infraestrutura da cidade, com intervenções tais como: novo anel viário, obras de urbanização da entrada da cidade no Segundo Distrito, construção de viadutos, alargamento de vias, reurbanização de avenidas e implantação de motovias e ciclovias;

- Revitalizar e interligar a malha cicloviária, ampliando os trajetos e efetivando a integração intermodal, com infraestrutura de suporte nos ônibus e terminais;
- Aprimorar o sistema de transporte coletivo, para que os microterminais sejam alimentados por linhas locais, incluindo veículos menores, que causam menor impacto nas vias dos bairros e permitem maior agilidade, e sejam interligados por linhas tronco alimentadoras nos corredores, dinamizando



deslocamentos;

- Adotar recursos tecnológicos, como as câmeras e as ferramentas virtuais, para incrementar a Segurança, a confiabilidade e o conforto no transporte coletivo;
- Articular os transportes rural e urbano, integrando-os nos microterminais, em conjunto com o intermunicipal para Bujari, Porto Acre e Senador Guiomard;
- Revitalizar e ampliar abrigos para táxi, mototáxi, frete, motofrete e outros;
- Planejar e implantar corredores exclusivos para o transporte coletivo;
- Construir calçadas através de uma repactuação entre a Prefeitura e moradores;
- Buscar acessibilidade universal nas calçadas, incluindo ações de desobstrução;

- Adotar medidas tranquilizadoras de tráfego, como estreitamentos e elevações;
- Potencializar o modal fluvial no município, abrangendo os deslocamentos de cargas e de passageiros com maior qualidade, conforto e regularidade;
- Remunerar as empresas operadoras baseadas, entre outras coisas, no registro e avaliação dos indicadores de qualidade e eficiência operacional;
- Implantar canais de atendimento ao público;
- Dar publicidade trimestral de todos os custos e resultados alcançados no controle de qualidade;
- Criar um fundo para gestão de receitas destinadas ao transporte público que pode subsidiar obras, redução de custos tarifários ou auxílio



em casos de emergência;

- Converter os recursos provenientes da receita com estacionamentos rotativos em vias públicas para o transporte público;
- Criar possibilidade de práticas de tarifas reduzidas por dia da semana, faixa horária, fidelidade, entre outras;
- Priorizar a aplicação de recursos destinados à recuperação de vias prioritariamente às vias de ônibus, ciclovias, ciclofaixas e em calçadas acessíveis;
- Garantir a continuidade da política de subsídios e gratuidades ao transporte coletivo, uma tarifa moderada

para atender aos estudantes, buscando a participação do Estado e da União, já que estes possuem a maior demanda de alunos das redes regulares de ensino;

- Implantar uma nova política de atendimento à pessoa com deficiência física severa com a renovação total do **Sistema de Atendimento e Pessoa com Deficiência Severa (SAUD)**, pactuando o formato de operação com as associações representativas, empresas operadoras, secretarias municipais de Saúde, Assistência Social e Superintendência da RBTRANS.



HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – HIS E GESTÃO URBANA

- Tratar sistemicamente os temas de mobilidade, habitação de interesse social e gestão urbana, para conduzir a articulação dos processos no sentido de uma cidade mais densa, diversa, integrada, equânime, sustentável e democrática;
- Implantar o programa **Rio Branco - Cidade Resiliente**, articulando iniciativas no sentido da prevenção, enfrentamento e superação dos riscos, incluindo-se os relativos a enchentes e deslizamentos, conforme o **Marco de Sendai** (ONU), com foco em áreas de risco equacionadas, melhores respostas e recuperações;
- Desenvolver um programa abrangente e participativo para efetivar a função social das áreas de riscos,

admitindo a fragilidade geológica e preservando-as;

- Fortalecer os conselhos correlatos à habitação e gestão urbana, e estabelecer rotinas participativas de avaliação dos projetos urbanísticos e habitacionais;
- Articular com o CREA, o CAU e as Universidades a instalação do **Escritório de Engenharia Pública**, ofertando projetos, acompanhamento da execução e regularização de imóveis, e incluindo subsídios, desburocratização e isenções;
- Fortalecer a autogestão habitacional, se valendo da experiência acumulada por entidades como a **União Nacional por Moradia Popular** (UNMP), entre outras;
- Promover ciclos continuados de capacitação para a autogestão habitacional e o protagonismo das entidades



correlacionadas, com apoio técnico municipal;

- Adotar melhorias habitacionais para reduzir o déficit habitacional qualitativo;
- Engendrar programas que integrem diferentes abordagens, como a produção de lotes urbanizados, conjugada com a produção de HIS prioritárias, mutirões estruturados para outras unidades, kits habitacionais e assistência técnica;
- Levantar os imóveis desativados na cidade, objetivando arranjos "ganha - ganha", que articulem HIS centrais com as necessidades do mercado local, pois o total de moradias ociosas no Brasil equivale ao déficit habitacional;
- Iniciar o levantamento e a regularização das autoconstruções regularizáveis, em conjunto

com microcrédito para adequações das demais, além de ***Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social*** (ATHIS);

- Dar seguimento ao amplo processo de urbanização de assentamentos precários desenvolvido pelos governos populares na capital, incluindo as micro-urbanizações pontuais;
- Buscar opções ribeirinhas simbióticas e menos densas para áreas rururbanas;
- Ampliar o grande programa de regularização fundiária executado nos últimos governos (12 mil títulos entregues em nossas gestões municipais), incluindo a avaliação dos polos agroflorestais e assentamentos rurais, caso a caso;
- Discutir o PDDU em relação às áreas urbanas, pois a conversão de chácaras



em loteamentos implica a expansão horizontal da cidade, que é muito onerosa;

- Intensificar o **Programa de Melhoria da Iluminação Pública**, seguindo com a substituição gradual das lâmpadas existentes por luminárias de LED;
- Implantar o programa de fomento à apropriação da cidade através de nexo participativo entre a sociedade civil e poder público, com ações voltadas à vitalidade dos espaços públicos, incluindo obras, ações de gestão compartilhada, socialização, eventos programados, incentivo ao empreendedorismo e empresariado nos parques e praças, e outros.

SANEAMENTO

- Priorizar a inclusão de sistemas de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos nos projetos de urbanização em que houver precariedades relativas;
- Criar o **Programa Cidade Limpa**, ampliando os resultados obtidos por nossas gestões;
- Desenvolver o **Plano Diretor de Drenagem Urbana de Rio Branco** e iniciar a feitura das obras estrategicamente definidas como prioritárias nas diretrizes.





ESPORTE, LAZER E BEM VIVER

108



Na recente história dos governos democráticos no Brasil, no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores, ocorreu pela primeira vez a institucionalização do Esporte e do Lazer como Políticas Públicas de Estado - reconhecidos como um direito social e tendo na criação do Ministério do Esporte sua efetivação operacional.

Uma das marcas da política foi a participação popular, com a construção democrática da proposta por meio de grandes debates nacionais que culminaram na realização das conferências e, a partir destas, na criação do **Plano Decenal/Nacional de Esporte**.

O Plano encaminha para a criação do sistema nacional, com a necessidade do estabelecimento das competências dos entes federativos, dos agentes praticantes, dos formadores e dos administradores do esporte, nas dimensões do Esporte de Rendimento, Esporte Educacional

e Esporte de Participação, bem como os investimentos necessários à implantação e consolidação da Política.

A decisão política de captação de grandes eventos mundiais e sua realização, como os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Parapan-Americanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, representam um acerto histórico em razão do desenvolvimento econômico que o Brasil vivia e o posicionamento do país junto às grandes potências mundiais. Essa postura possibilitou, ainda, a formação de um "legado olímpico" na infraestrutura de equipamentos esportivos em todas as regiões do Brasil.

O Acre, na esteira da verticalização desse movimento, nos governos Jorge Viana, Binho Marques e Tião Viana, acompanhou o desenvolvimento da Política Nacional de Esporte e Lazer, cada um a seu modo e tempo, constituindo seus legados.



A Criação da Secretaria Extraordinária de Esporte e o forte investimento na construção de grandes equipamentos esportivos são exemplos do compromisso dos governos da Frente Popular com o desenvolvimento do esporte e do lazer em Rio Branco e no Acre. Dentre esses investimentos, destacam-se a construção do Estádio Arena da Floresta, o Parque da Maternidade, o Parque do Tucumã, a Cidade do Esporte, a Piscina Olímpica, a Lei de Incentivo e Bolsa Atleta, os Jogos Escolares, os Jogos da Floresta e Esporte Comunitário.

O mesmo pode ser dito das políticas voltadas à juventude de Rio Branco, onde se destacam os avanços e o grande legado deixado, tais como: a Lei nº 1.839/2011 que cria o **Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Rio Branco** e estabelece os mecanismos de gestão, de participação e financiamento tais como a criação da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL)**, o **Fundo Municipal de**

Esporte e Lazer (FMEL) e o **Cadastro Esportivo e de Lazer do Município de Rio Branco (CELM)**. Destacam-se, ainda, a implantação das primeiras Academias da Comunidade; reformas, ampliações e construções de espaços esportivos comunitários, as Academias da Comunidade e Academias da Saúde, quadras de areia, quadras poliesportivas, ginásios, campos de futebol society, campos de futebol oficial, dentre outras intervenções em espaços comunitários de uso comum e de iniciativa própria das comunidades.

Nesses investimentos, destacam-se a Arena Race de Espaços Radicais (primeiro equipamento público, dessa natureza, no Brasil) e o **Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)**, um legado olímpico para a formação de talentos; a implementação do Calendário Esportivo de Rio Branco; o Campeonato Municipal de Futebol – Copão Comunitário, e os campeonatos municipais de futsal masculino e feminino,



que se tornaram marcas de nossas governos e referência do Calendário Esportivo de Rio Branco.

Mesmo reconhecendo os avanços em infraestrutura e nas ações, e considerando a participação popular na gestão como marca democrática. Considerando, ainda, todo o legado construído, continuamos ávidos por uma Política de Esporte e Lazer para todos, perene e estável. Para tanto, apresentamos nosso firme propósito na reconstrução de uma *Política Pública de Esporte e Lazer* cidadã, inclusiva e politicamente sustentável, com destaque para a recreação da *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer* (SEMEL), extinta na Reforma Administrativa de 2018/2019.

NOSSAS PROPOSTAS

ESTRUTURAR O SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

- Recriar o órgão gestor de Esporte e Lazer com autonomia administrativa, orçamentária e financeira;
- Formar um quadro técnico permanente da gestão municipal de Esporte e Lazer, através de concurso público específico para área;
- Elaborar, de forma participativa, e implementar o *Plano Municipal de Esporte e Lazer*;
- Implementar o *Fundo Municipal de Esporte e Lazer* (FMEL), com aporte orçamentário e financeiro equiparado à Cultura;
- Implementar o Subsistema de Informações, Referências e Indicadores do Esporte e do



Lazer de Rio Branco, com base no Cadastro Esportivo e de Lazer do Município de Rio Branco - CELM;

- Normatizar a gestão compartilhada dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer do município de Rio Branco através da descentralização;
- Criar o Programa Esporte e Lazer da Cidade; apoiando eventos esportivos e de lazer no município de Rio Branco;
- Revisar e atualizar a Lei de Incentivo ao Esporte e Lazer;
- Conceber o projeto de Esporte Comunitário Urbano e Rural, que garanta o direito de acesso da população às práticas de esportes e atividades de lazer em seus próprios bairros e comunidades, apoiando as iniciativas já existentes nas comunidades;
- Criar o projeto Escola Aberta de Campeões no Centro de Iniciação ao Esporte - CIE;
- Reativar o programa Férias nos Parques - período de férias escolares.
- Implantar o projeto Comunidade Ativa - Batelão do Lazer e Caminhão do Lazer, para comunidades da zona rural e ribeirinha, com material, formação, apoio e acompanhamento;
- Criar um programa de descentralização de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, para uma gestão compartilhada;
- Conceber o projeto Espaço Seguro - patrulhamento pelas forças da área de Segurança nos espaços e equipamentos esportivos e de lazer, especialmente nos horários de maior frequência dos usuários e eventos.



CALENDÁRIO ESPORTIVO DE RIO BRANCO

- Incentivar Jogos Abertos de Rio Branco (competições esportivas como o Copão Comunitário de Futebol, Campeonatos Municipais de Futsal, Basquete, Handebol e Voleibol (masculino e feminino, entre outros);
- Implementar o projeto de Jogos adaptados: idosos, basquete de cadeira de rodas, bocha paraolímpica;
- Criar projetos para realização dos: Jogos Radicais (Arena Race, Skat Park, Horto Florestal), Jogos Interpolos, Jogos Escolares Municipais e Jornada/Virada Esportiva;
- Implementar o projeto Vida Saudável na Cidade (circuito de corridas e passeios ciclísticos);
- Criar o Festival Municipal de Artes Marciais e de Lutas;

- Implementar o projeto Movimenta Rio Branco através de edital para apoio de eventos esportivos, valorização dos fazedores, grupos e entidades administradoras da política de Esporte e Lazer do Município de Rio Branco.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PESQUISA E MEMÓRIA DO ESPORTE E LAZER EM RIO BRANCO

- Implementar o projeto de formação esportiva e de Lazer, com oficinas e cursos de recreação, iniciação esportiva e arbitragem.





AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

114



O conceito de desenvolvimento passa por diversas vertentes de pensamentos, desde a década de 1980. Porém, isto não representa desencontro, apesar dos desafios gerados para construir uma política sólida de desenvolvimento. Os diferentes pensamentos produzem mais conhecimentos referentes aos conteúdos e proposições nessa área.

A gestão tem que ousar em propostas que levem em consideração as peculiaridades econômicas, as características locais da Amazônia acreana, dos seus povos e dos que se instalaram aqui com a intenção de investir e produzir o melhor para a nossa região, o que não significa conflito, mas uma integração de pensamentos e de esforços.

As iniciativas se dão pela implementação e concretização de políticas públicas. Os gestores devem se comprometer em estudar as dinâmicas sociais e as novas proposições, sem

perder de vistas as tradições, os valores locais e as características regionais. Isto é um desafio para a Prefeitura de Rio Branco, o que significa atuar com resiliência, cuidado e ousadia.

A gestão deve ficar atenta à realidade, sobretudo, pós-pandemia. Levar em consideração que, segundo dados do Banco Mundial (2018), 18,3% da população do Acre está em situação de extrema pobreza, vivendo com 1,9 dólar/dia, considerando que Rio Branco possui aproximadamente 50% da população e é o município mais impactado.

É importante rememoramos que foi a partir de 1999 que o Acre experimentou propostas de desenvolvimento que levam em consideração as questões econômicas e sociais de forma integrada, haja vista ser a melhor fórmula para a qualidade de vida. Por isso, a indústria local teve ascensão. Os governos petistas criaram os polos industriais e hoje as Prefeituras precisam se envolver



de forma mais efetiva nesse processo.

Nossa proposta traz o conceito de valorização das pessoas e geração de ambientes produtivos, observando sempre o contexto nacional e local. O Acre e Rio Branco representaram, regionalmente, um marco para a Amazônia, através dos governos populares que implementaram as políticas de desenvolvimento sustentável no Estado. Há um novo olhar consagrado nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por isso nos propomos, a partir deste Plano, a investir em ações de fortalecimento de negócios e geração de renda, considerando os novos tempos, tanto em função do momento de crise, quanto em relação ao pós-pandemia, mas, principalmente, considerando as características locais: ambientais, culturais e sociais.

Com a estagnação econômica do Brasil atual, se intensifica o desafio de gerar políticas que

atendam de forma articulada aos fornecedores, geradores de atividades econômicas, os consumidores e todo o meio que os envolve. O que significa investir em procedimentos que incentivem a produção local, contribuindo com o conhecimento e experiências acumuladas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O Município de Rio Branco possui uma área de 883.500 hectares, dos quais 70% (618.450 ha) são de áreas conservadas e 30% (260.050 ha) de áreas alteradas, de acordo com o Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco. Desse total geral de hectares, a área urbana representa 2,3%, correspondendo a 20.587 ha.

Nosso Plano se constitui numa ferramenta de planejamento elaborada para uso otimizado de todos os recursos disponíveis no nosso município, sejam estes financeiros, socioeconômicos e naturais, baseado na cultura e



Área total - 883.500 ha
Área urbana - 20.587 ha

A área urbana representa
2,3% do território



Fonte: Lei Municipal nº 2.222, de 26 de dezembro de 2006.

história das comunidades urbanas e rurais. Nossas ações para Rio Branco para produção agrícola, apesar das restrições sanitárias do momento em função da pandemia, serão construídas com a participação de comunidades rurais, sociedade civil, pesquisadores, técnicos e gestores públicos para orientar o processo de decisão, gestão e execução de políticas públicas referenciadas no mesmo.

O município de Rio Branco possui 18 projetos de assentamentos com 6.500 famílias

assentadas, numa área de 450 ha. Desse total de assentamentos, 7 são Polos Agroflorestais, dos quais 5 são geridos diretamente pela Prefeitura e 2 pelo governo do Estado.

Além dessas áreas de assentamentos de reforma agrária, a produção de alimentos acontece também nas unidades localizadas ao longo dos rios e igarapés, que formam as bacias hidrográficas dos rios Acre e Riozinho do Rola, numa extensão de mais de 1.000 km, com uma população ribeirinha



estimada em 1.700 famílias.

Rio Branco conserva ainda uma extensa floresta primária, situada na bacia hidrográfica do Riozinho. Neste espaço, a atividade produtiva é basicamente extrativista. Essa bacia tem uma grande importância ambiental e cultural para o nosso município e toda a região do Baixo Acre.

Rio Branco apresenta uma baixa produção em relação ao seu potencial de consumo e uma área antrópica em crescente, com baixas produtividades e infraestrutura viária. E é particularmente por essas características que é essencial e estratégico para o município desenvolver e implementar planos, programas e projetos que visem elevar a produtividade de sua agricultura, da agropecuária e dos produtos hortifrutigranjeiros, bem como multiplicar as oportunidades de expansão da comercialização, com ganhos significativos em todas as cadeias, valorizando todos os processos produtivos.

Nas gestões dos mandatos dos ex-prefeitos Raimundo Angelim e Marcus Alexandre, o município priorizou, em parceria com os governos Jorge Viana, Binho Marque e Tião Viana, no plano estadual, e com os ex-presidentes Lula e Dilma, na esfera federal, as políticas de produção e comercialização; a produção familiar, com ampliação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros; a política de combate às queimadas; e a recuperação de áreas alteradas, por meio de seu programa de mecanização agrícola. Ocorreu a centralização do abastecimento de produtos regionais e hortifrutigranjeiros, incluindo produtores, atacadistas e pequenos varejistas e os investimentos na área da produção rural, com vistas ao escoamento e comercialização de produtos agrícolas.

Entre os projetos priorizados, no período de 2005 a 2018, que têm foco na área urbana, destacam-se aqueles voltados para os mercados municipais, feiras de



bairro e a criação da **Central de Abastecimento e Comercialização de Rio Branco** (CEASA). Para a zona rural, ressaltamos aqueles voltados ao escoamento da produção, recuperação de áreas degradadas, assistência técnica e extensão rural e agregação de valor às cadeias produtivas estratégicas.

Os resultados alcançados, muito mais do que recuperar produtivamente de milhares de hectares degradados, ajudou a modernizar e baratear todo o sistema de comercialização da cidade, apontando alternativas viáveis e exequíveis, em que as parcerias com os demais níveis de governos, federal e estadual, além da sociedade civil, particularmente as associações de produtores rurais, suas cooperativas, ONGs, STTRs e Federações de Trabalhadores Rurais, foram decisivas para uma gestão sustentável, estratégica e democrática.

Diante dos desafios impostos

pelo atual momento, em que os Planos de Governos foram interrompidos, nas esferas federal, estadual e principalmente municipal, cessando drasticamente a busca pela produção e comercialização sustentáveis, é que faz-se necessário e imprescindível que reimplementemos as principais políticas públicas de Desenvolvimento Econômico e Produção Agrícola que foram referências de participação, inclusão e Geração de Trabalho e Renda para milhares de famílias da Agricultura Familiar e seu sistema de comercialização, beneficiando tanto produtores, quanto consumidores e comerciantes.

NOSSAS PROPOSTAS

INFRAESTRUTURA VIÁRIA (RAMAIS) E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

- Melhorar continuamente os ramais;
- Recuperar pontes e bueiros;



- Realizar serviços de manutenção de vias rurais;
- Ampliar e modernizar o sistema de transporte da produção;
- Reimplantar o programa de escoamento da produção dos ribeirinhos.
- Criar o Programa de Modernização da Produção de Horticulturas;
- Ampliar e modernizar o Serviço de Mecanização Agrícola;
- Conceber o Programa de Fortalecimento e Incentivo à Agricultura Orgânica e Práticas Sustentáveis de Produção.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Criar o Instituto Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (IMATER);
- Credenciar a Prefeitura, por meio do IMATER, para elaboração de incentivos rurais;
- Fortalecer o *Serviço de Inspeção Municipal* (SIM).

FOMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

- Elaborar o Programa Municipal de Agricultura Urbana;

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

- Modernizar os mercados municipais;
- Ampliar e melhorar os estacionamentos dos mercados e feiras;
- Modernizar as feiras de bairros;
- Criar feiras permanentes de bairros;
- Regulamentar e modernizar a Ceasa Rio Branco;

120



- Implementar uma gestão compartilhada, poder público e concessionários, para a gestão dos mercados municipais;
- Criar a Feira Anual da Agricultura Familiar;
- Criar o **Centro de Oportunidade de Negócios** – sistema integrado de informações de trabalho, plataforma para gerenciamento da oferta local e empresas demandantes/potenciais compradores, capaz de criar aproximação comercial entre empresas de outros Estados e empreendedores locais a fim de torná-los fornecedores de produtos, que possam atuar como catalisadores de ideias inovadoras e incentivadoras de empreendimentos;
- Articular empresas de médio e grande porte para comercialização de pequenos produtores e serviços locais.

POLOS AGROFLORESTAIS

- Pavimentar e realizar a recuperação asfáltica dos eixos principais dos Polos;
- Emitir Títulos Definitivos da Propriedade da Terra dos Polos.

INCENTIVO AO COOPERATIVISMO

- Apoiar e fortalecer o Cooperativismo em Rio Branco;
- Realizar parcerias com incubadoras de empreendimentos para fomentar a criação de Cooperativas;
- Ampliar o Programa de Compras da Alimentação Escolar.



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AGRÍCOLA

- Descentralizar a gestão da produção, implantando núcleos em cada Regional Rural;
- Criar um Programa de Capacitação Permanente para técnicos e agricultores;
- Implementar o Sistema Municipal da Agricultura Familiar;
- Realizar mapeamento/senso dos agricultores familiares;
- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Realizar Conferência bianual da Agricultura Familiar.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Criar espaços permanentes e com condições sanitárias satisfatórias para atender os empreendedores da economia solidária em Rio Branco;
- Apoiar a realização de feiras de economia solidária nos bairros (Xavier Maia, Estação Experimental, Sobral, Universitário, Calafate, Belo Jardim, Vila Acre, Bosque, etc.).

INCENTIVO AO TRABALHO E RENDA

- Criar selo "produto diferenciado" para fortalecer o posicionamento dos produtos de Rio Branco nos mercados locais e nacionais;
- Elaborar um cardápio de benefícios para compradores: produtos sustentáveis, socialmente justos e solidários, com foco no nicho de mercado de baixo carbono;



- Resgatar e rearticular empreendimento das tradições com potencial turístico e imaterial da região: tacacazeiras, culinárias regionais, entre outros;
- Criar a Vila de Serviços: um equipamento público em cada regional que reúne diversos serviços;
- Criar o Banco dos Serviços: troca de serviços entre profissionais em um momento em que o dinheiro não circula;
- Criar o Banco do Povo em parceria com empresas e instituições financeiras, para atuarem com empreendedores na criação de crédito;
- Reestruturar o programa de Vazios Urbanos - Hortas Comunitária;
- Criar programa de incentivo ao primeiro emprego (Jovem Aprendiz) por meio

de incentivos fiscais para empresa de pequeno, médio e grande porte (redes de varejo, energia, entre outras);

- Fomentar o incentivo local para inclusão de pessoas acima de 50 anos e/ou com algum tipo de deficiência, fora do mercado de trabalho, em atividades de economias individuais, cooperativas e associativas;
- Criar o Laboratório de ideias de negócios, estabelecendo parcerias com instituições como Sebrae, UFAC, IFAC e outras, criando espaço para atender pessoas com interesse em empreender para identificar negócios, modelar e criar protótipos para testar no mercado;
- Fomentar a criação de empreendimentos voltados à busca de soluções digitais para pequenos negócios rurais;
- Aproximar os negócios



tradicionais da economia digital, visando aquecer e ampliar as interações produtivas, utilizando a inovação e tecnologias;

- Ampliar e incentivar o programa Compra Direta do produtor local para bares, restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos;
- Ampliar a participação dos produtos regionais na alimentação escolar, com a adoção de programa de compras governamentais por intermédio de chamadas públicas/credenciamento;
- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

INCENTIVO À FORMAÇÃO

- Criar Conselho Municipal de Trabalho e Renda com representantes da sociedade para apresentar estratégias de geração de oportunidades;
- Capacitar mulheres chefes de família e jovens cadastrados nos Programas de Transferência de Renda;
- Incentivar a capacitação técnica em diversas áreas: elaboração de plano de negócio, gastronomia, estética, artesanato, entre outras, priorizando pessoas atendidas pelo Bolsa Família;
- Criar ação permanente de capacitação de técnicos da gestão com foco para tirar a Prefeitura da era analógica e levar para a era digital.



ECONOMIA CRIATIVA

- Reestruturar o Marco Regulatório da Economia Criativa – com a criação de um Fundo de Apoio à Economia Criativa, com recursos do BNDES;
- Criar o Selo Criativo do Acre, que abrangeria a área tecnológica, cultural e do patrimônio imaterial.
- Articular Rio Branco às políticas de Desenvolvimento Sustentável e criar uma marca para a cidade: "Criativa Sustentável e Solidária".

INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES E DE SUSTENTABILIDADE

- Realizar pesquisa sobre produtos que o Acre importa para averiguar a viabilidade de se produzir em Rio Branco;
- Requerer, junto ao governo do Estado, a partilha dos recursos que o Acre recebe pela prestação de serviços ambientais;
- Investir em arranjos produtivos como o café, a mandioca, móveis com madeira da região e arranjos florais, com foco na criação de cooperativas.





A EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE RIO BRANCO MERECE

126



Os prefeitos eleitos no final deste ano assumirão o mandato em janeiro de 2021 com término oficialmente previsto para dezembro de 2024, exatamente quando se encerra o decênio do Plano Nacional de Educação - PNE.

Em 2014, quando o PNE foi aprovado, havia uma onda de altas expectativas. O investimento de 10% do PIB em educação e o atendimento de 50% das crianças de zero a 3 anos eram algumas delas.

Agora, que estamos nos últimos anos do PNE, é perceptível o quanto o sonho se distanciou da realidade, especialmente após o golpe de 2016, com a aprovação do teto de gastos, a drástica redução dos investimentos na Educação, o avanço de uma agenda baseada em fanatismos e o desmonte do Ministério da Educação.

Além desse quadro, as eleições municipais de 2020

acontecerão em meio à pandemia da covid-19 e uma profunda crise social e econômica. Isso significa que todos os problemas gerados nos últimos cinco anos serão potencializados na Educação na próxima gestão dos prefeitos eleitos. Uma crise multidimensional (sanitária, econômica e social) obrigará as gestões progressistas a desenvolver, com muita responsabilidade, estratégias para: assegurar cuidados especiais com a saúde das crianças; enfrentar os reflexos do aumento das desigualdades sociais nas escolas; superar as ameaças à valorização dos profissionais da educação e à necessária expansão da oferta de vagas em creches, em meio a uma profunda crise financeira.

Esses motivos justificam esta proposta de Plano para Educação de Rio Branco, com base em evidências, ratificando que os efeitos da crise serão mitigados em nossa gestão e, ao mesmo tempo, a esperança será renovada. Os profissionais da educação e as comunidades de Rio Branco serão



novamente protagonistas de um projeto sustentado por experiências exitosas do passado, baseado na valorização das escolas e de seus profissionais.

Esse projeto tem como motivação principal avançar ainda mais na qualidade do aprendizado das crianças e promover uma forte expansão de oferta na educação infantil, com especial atenção para uma oferta de vagas mais justas e mais inclusivas.

Além disso, o Plano manifesta a responsabilidade com a qualidade de vida de toda a população, apresenta propostas para além da responsabilidade direta da Prefeitura. É o caso do ensino médio e a educação profissional, que mesmo sendo de responsabilidade do Estado e do governo federal, não deixarão de ter a atenção de nossa gestão, vamos cobrar, sugerir e realizar ações em conjunto com outras esferas de governo para assegurar uma cidade mais justa e um povo mais feliz.

A EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO EM NÚMEROS

Rio Branco pode ser considerada uma cidade 'espalhada'. É a 26ª capital em densidade demográfica, formada por muitos bairros precários, em sua maioria ocupados por populações tradicionais nas décadas de 1970 e 1980, expulsas dos seringais pelos projetos desenvolvimentistas dos governos militares. É também uma das capitais com menor PIB per capita (23º lugar no Brasil, com R\$ 21.300,00) e baixo valor por aluno disponível por ano (21º lugar no Brasil, com R\$ 7.500,00).

Neste cenário, pode-se esperar que Rio Branco seja uma das capitais com os piores desempenhos na educação. Mas contra todas as adversidades do contexto histórico e socioeconômico do município, Rio Branco é uma das cidades que mais se destaca no país, quando o assunto é educação. Até 1993, Rio Branco reunia os



piores indicadores educacionais do Brasil, mas as gestões de Jorge Viana, Raimundo Angelim e Marcus Alexandre na Prefeitura e Jorge Viana, Binho Marques e Tião Viana no governo do Estado, foram fundamentais para mudar, radicalmente, esse cenário na capital.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica - IDEB, Rio Branco apresenta resultados bem superiores à média nacional. Entre as capitais brasileiras, tem o 2º maior resultado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Comparando com as redes públicas do Brasil, Rio Branco está acima da média nacional, em português (69,8% contra 60,7%) e em Matemática (58,9% contra

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
Anos Iniciais do Ensino Fundamental



48,9%). Estes bons resultados são colheitas de investimentos na ampliação do acesso à Educação infantil e investimento na melhoria dos níveis de alfabetização das crianças, feitos pelos governos petistas. Resultados aferidos pelo MEC em 2016 posicionaram a rede municipal na média nacional de alfabetização, posicionamento importante para um município considerando as condições socioeconômicas de Rio Branco.

Também nos anos iniciais do Ensino Fundamental Rio Branco tem ampliado sensivelmente as taxas de aprovação, com a diminuição das taxas de reprovação e abandono. A aprovação está na faixa de 96%, com a reprovação de quase 3% e o abandono próximo de zero. A distorção idade-série em Rio Branco também reduziu muito, chegando a 10,4%, igualando-se à média nacional (10,5%), enquanto no Acre como um todo esse percentual ainda é de 19,7%.

Mesmo com todas as

adversidades financeiras das redes de ensino e as precárias condições socioeconômicas da população, a escola pública municipal apresenta resultados positivos, que permitem aumentar as apostas na melhoria dos resultados de aprendizagem, desde que a Educação seja efetivamente uma prioridade, como aconteceu em todas as gestões do PT no Acre.

Nossas gestões empenharam grande esforço de ampliação do atendimento na educação infantil nos dez anos que antecederam 2016, a partir daí a taxa de atendimento estabilizou, chegando a ter uma ligeira queda em 2018. O resultado é que, nesse item, a rede de Educação de Rio Branco está posicionada bem abaixo da média brasileira.

O atendimento nas creches chega apenas a 24,5% da população de zero a 3 anos, enquanto a média nacional é de 32,7%, que é considerado baixo. Já para o atendimento na pré-escola, o país alcançou uma



cobertura de 91,7% em 2018, lembrando que a universalização deveria ter acontecido em 2016 por força constitucional, mas o atendimento em Rio Branco não passou de 89%.

O acesso ao Ensino Fundamental, na faixa de 6 e 14 anos, está praticamente universalizado em Rio Branco, com 98,4% dos alunos matriculados em 2019.

Rio Branco tem uma receita total anual para a Educação de aproximadamente R\$ 173 milhões. Desse total, R\$ 165,5 milhões são de **Manutenção e Desenvolvimento de Ensino** (MDE - que podem ser utilizados para pagamento de salários) e de R\$ 7 milhões em recursos do **Salário Educação** e programas do FNDE (esses com proibição legal de uso para pagamento de pessoal). A folha de profissionais da educação (R\$ 134,6 milhões) absorve o equivalente à 81% dos recursos de MDE e 71,2% dos recursos totais.

Essa situação, comum no Brasil, não é sustentável em condições normais, porque as folhas de pagamento têm crescimento vegetativo, por progressões e promoções automáticas, independente de aumentos. Mas torna-se ainda mais grave em uma situação de crise como a que o país atravessa. Considerando que alguns cenários apontam uma queda nas receitas da Educação na ordem de 31%.

A rede municipal de educação de Rio Branco pode entrar em colapso, sem ter recursos suficientes para honrar com a folha de pagamento e, muito menos, para garantir as condições básicas para manter as condições mínimas de funcionamento das escolas e apoio aos estudantes, com programas de alimentação e transporte e outras medidas necessárias, provocadas pela pandemia.

É fundamental, portanto, agir com rapidez para controlar melhor



os gastos, dirigindo o orçamento para a manutenção das creches e escolas com a maior qualidade possível.

NOSSAS PROPOSTAS

ALUNOS PRESENTES E MOTIVADOS COM AS CONDIÇÕES PARA APRENDER

- Ampliar o atendimento da população com idade de zero a três anos em creches;
- Implementar ações para universalizar o acesso à Pré-Escola (4 e 5 anos);
- Oferecer o atendimento nas creches e escolas que garanta a presença das crianças em condições de vulnerabilidade, assegurando a frequência escolar de todas as crianças matriculadas, articuladas aos programas sociais de cidadania;
- Oferecer transporte escolar

para as crianças com deficiência e moradores da zona rural que necessitem;

- Criar a *Política Municipal da Primeira Infância*, articulada com todas as secretarias, organizações da sociedade civil, garantindo que todas as crianças estejam em condições de aprender, estabelecendo programas de correção de fluxo para os alunos com distorção idade-anos;
- Criar políticas de aproximação das famílias à vida escolar das crianças matriculadas;
- Minimizar os impactos da pandemia na rede municipal de Rio Branco, oferecendo acompanhamento especializado para mitigar os impactos aos profissionais da educação e aos alunos.



PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MOTIVADOS COM AS CONDIÇÕES PARA ENSINAR

- Manter o *Plano de Carreira de Rio Branco* atrativo e sustentável garantindo remuneração melhor a todos que estão na carreira;
- Redefinir política de valorização e de remuneração docente;
- Oferecer condições de trabalho adequadas;
- Apoiar o desenvolvimento contínuo do profissional;
- Assegurar suporte pedagógico de alta qualidade a partir do currículo local;
- Aperfeiçoar os critérios técnicos utilizados no processo de seleção dos diretores das escolas e creches;

- Criar programas de desenvolvimento profissional para os diretores, coordenadores pedagógicos e secretárias das escolas e creches;

- Criar um Programa de Saúde do Trabalhador em Educação com foco na Saúde Mental.

CRECHES E ESCOLAS COM AMBIENTES ADEQUADOS PARA CUIDAR E ENSINAR

- Fortalecer a autonomia escolar desenvolvendo políticas de capacitação dos Conselhos escolares, ampliando os recursos dos programas de transferências financeiras às escolas;
- Climatizar as escolas, pré-escola e creches;
- Ampliar a quantidade de escolas municipais em tempo integral;
- Desenvolver ferramentas



e assessoria regular para auxiliar o trabalho do trio gestor das escolas: diretora, coordenadora pedagógica e secretária escolar;

- Garantir uma infraestrutura apropriada nas escolas creches;
- Criar Programa de Capacitação para funcionários administrativos e colaboradores;
- Aprimorar a proposta pedagógica das escolas e creches, buscando, inclusive, aumentar o tempo da jornada diária, com inovação pedagógica e valorização do profissional.

SECRETARIA AMIGA E PARCEIRA DAS ESCOLAS E DAS CRECHES

- Criar o Centro de Referência em Inovações do Município de Rio Branco (CRIIE municipal);

- Reestruturar e ampliar a capacidade de atendimento do Centro de Multimeios;
- Tornar a Secretaria de Educação de Rio Branco um ambiente reconhecido pela qualidade de seu quadro técnico, formado por profissionais com competências e perfis adequados às necessidades das escolas e creches, tornando-se um ambiente que responde de maneira proativa e com agilidade aos problemas da Educação de Rio Branco;
- Garantir que a estrutura da Secretaria reflita as prioridades da pasta e consiga oferecer o devido apoio às escolas;
- Assegurar que os processos de gestão dos recursos sejam conduzidos de forma eficiente, permitindo uma melhoria permanente na qualidade do gasto.



COMPROMISSOS COM A COMUNIDADE EDUCACIONAL DE RIO BRANCO

- Garantir investimentos acima do mínimo constitucional;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil, os conselhos municipais de controle social e o Conselho Municipal de Educação, garantindo condições de trabalho e mantendo os canais de diálogo abertos e permanentes;
- Promover ampla articulação dos atores que podem colaborar com os avanços da Educação pública municipal, ampliando alianças com outros atores políticos;
- Articular diferentes áreas da administração municipal para garantir um verdadeiro atendimento intersetorial às crianças e adolescentes de Rio Branco;

- Fazer com que Rio Branco volte a ser reconhecida como *Cidade Amiga da Criança*;
- Dar voz ativa e protagonismo aos profissionais da Educação na construção das políticas públicas do município de Rio Branco;
- Lutar contra todo e qualquer tipo de discriminação de raça, gênero, credo ou orientação sexual.





MAIS CULTURA EM MOVIMENTO

136



O processo de organização das políticas públicas, no campo da cultura, no município de Rio Branco é recente e inicia no ano de 1990 com a criação, pela Lei nº 855/1990, da Fundação Municipal de Cultura destinada a "promover o desenvolvimento de recurstos humanos, culturais e desportivos do município de Rio Branco".

Em 1993, durante a gestão do então prefeito Jorge Viana, passou a chamar-se Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, em uma justa homenagem feita ao artista Garibaldi Carneiro Brasil. Foi também na gestão de Jorge Viana, como prefeito, que foi instituída a Lei nº 1.110/1993, primeiro mecanismo de incentivo municipal à Cultura de Rio Branco.

Com a saída de Jorge Viana da Prefeitura, os anos que se sucedem assistem à uma crise profunda no campo das políticas para a cultura, especialmente marcada por um cenário de instabilidade e descontinuidade de

programas e projetos nessa área. Nesse período, que vai de 1998 a 2004, a inexistência de uma política sistematizada é latente e os poucos investimentos no setor se restringem ao apoio pontual e, em muitos casos, assistencialista a eventos e ações culturais.

Em 2005, quando a Frente Popular assume a Prefeitura de Rio Branco, com o então prefeito Raimundo Angelim, encontramos uma instituição enfraquecida, sem uma relação sólida com o movimento cultural de Rio Branco e do Acre, sem quadro de funcionários e sem um orçamento regular estabelecido. O único vínculo que se mantinha entre a gestão e fazedores culturais era a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural - Lei nº 1.324/1999.

Foi feita uma revisão geral nos pressupostos, que até então norteavam a gestão cultural municipal em Rio Branco. Adotou-



se um novo posicionamento por parte da Prefeitura de Rio Branco, para que a FGB deixasse a função de realizar eventos para os produtores culturais, para gradativamente assumir o papel de mediadora da Cultura.

Em seguida, colocamos a Cultura como questão fundamental para todas as áreas da gestão, agindo transversalmente e abandonando a ideia de que o campo da gestão cultural era baseado na produção artística pura e simples. Aliada a essa questão, adotamos uma visão mais ampla de cultura, que até então se limitava somente às belas artes propriamente ditas, incorporando o patrimônio cultural e todas as manifestações com forte expressão e importância para a formação das identidades riobranquenses.

Por fim, promovemos a aproximação entre o movimento cultural, reconhecido em suas múltiplas vertentes e a gestão, representada pela FGB.

Realizamos o *I Fórum Municipal de Cultura de Rio Branco*, chamando para perto e para o diálogo não apenas a música, o teatro, a dança e as artes visuais, mas também a capoeira, as comunidades ayahwasqueiras, as religiões afro-brasileiras, os catraieiros, seringueiros e tantas outras expressões culturais com forte atuação local. A partir de seus resultados, a FGB traçou estratégias para que o movimento cultural, em sua diversidade e multiplicidade, voltasse para dentro da FGB, discutindo a gestão cultural e orientando a atuação dos gestores de acordo com suas expectativas e necessidades, a partir de um diálogo inclusivo.

No cenário nacional, a política cultural também passava por avanços significativos, com destaque para a proposta de implantação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), a partir de 2005, na gestão do então ministro da cultura, Gilberto Gil. Foi a primeira vez em que o



governo federal se dispôs a abrir um diálogo com os outros entes federados e com a sociedade civil, o que se mostrava em total consonância com o que a nossa gestão se propunha a fazer em Rio Branco.

Com a assinatura do "Protocolo de Intenções", que selava a aceitação da Prefeitura de Rio Branco com relação às propostas do Ministério da Cultura, iniciaram-se estudos internos por parte do órgão gestor, seguindo as orientações nacionais, e ao mesmo tempo considerando as características e especificidades locais. Esses estudos culminaram com a construção de uma pré-proposta de Sistema Municipal de Cultura próprio, que rompeu com os modelos tradicionais, privilegiando a participação direta do fazedor cultural e contemplando a maior diversidade e multiplicidade possíveis, para que uma maior quantidade de fazedores tivesse não apenas direito à fala, mas também ao voto e a deliberação. Em 2007, na

I Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco foi aprovada a versão final do documento que se converteu na Lei nº 1.676/2007, que institui o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco, e a Lei nº 1.677/2007, referente à Lei Municipal de Patrimônio Cultural.

A Lei 1.676/2007 inclui o *Cadastro Municipal de Cultura*, o *Fundo Municipal de Cultura* e o *Conselho Municipal de Políticas Culturais*, três instâncias que iniciaram seu funcionamento efetivo no ano de 2008. A partir de então, estava formalizada a institucionalização das políticas públicas de Cultura no município de Rio Branco.

Nossas gestões investiram fortemente nos equipamentos culturais de nossa cidade: *Centro Cultural Thaumaturgo Filho*, inaugurado em 1998, foi construído com o objetivo de difundir a produção artístico-cultural aos moradores do bairro Manoel Julião e entorno por meio de atividades como cinema,



teatro, dança, entre outras; **Centro Cultural Lydia Hammes**, prédio construído para abrigar a antiga Estação de Passageiros Salgado Filho, o primeiro aeroporto de Rio Branco, em meados da década de 80 foi entregue ao município de Rio Branco, e em 1996, após passar por reforma e revitalização, foi transformado em Centro Cultural, oferecendo atividades diversas, voltadas para comunidades do bairro e entorno, em especial programações para a terceira idade; **Centro Cultural Neném Sombra**, criado em 2008, o Centro Cultural Dona Neném Sombra mistura a preservação do patrimônio cultural riobranquense e a promoção de atividades artísticas; **Cacimbão da Capoeira**, seu primeiro proprietário, Manoel Pedro da Silva, ainda na década de 20, localizou a primeira vertente em seu lote de terra, a fonte tornou-se utilidade pública, transformando-o no principal ponto de abastecimento de água potável para a população de Rio Branco, o Cacimbão foi reconhecido como patrimônio histórico e cultural em

1983, e após a revitalização, em 2012, voltou a ser um espaço de Cultura e Lazer para as famílias de Rio Branco; **Parque Urbano Capitão Ciriaco**, transformado em equipamento cultural em 1994, é um espaço turístico, paisagístico e ambiental, que retrata os antigos seringais acreanos da época do ciclo da borracha, o parque tem como principal atrativo turístico a Casa de Defumação onde um seringueiro produz “pélas” de borracha defumadas no sistema tradicional e conversa com os visitantes contando sobre os modos de vida das populações tradicionais e a vida no seringal; **Centro Cultural do Taquari**, construído no antigo prédio da Lavanderia Comunitária Lucinete Oliveira, começou a ser utilizado pela comunidade local para a realização de aulas de forró e capoeira.

Ressaltamos a extrema importância da construção do **Plano Municipal de Cultura** em nossas gestões. Em 2008, foram realizadas cinco oficinas



voltadas para conselheiros e a toda comunidade artístico-cultural riobranquense. Os anos de 2009 e 2010 foram marcados por intensa atividade nas **Câmaras Temáticas** (CTs), que realizaram 273 reuniões, além de encontros setoriais, ao longo dos quais foram construídas propostas para o Plano. Em 2011, foram sistematizadas as propostas oriundas de conferências, encontros setoriais e das diversas instâncias do **Conselho Municipal de Políticas Culturais** (CMPC), ratificando a participação popular em sua elaboração. O material foi submetido também a outros segmentos sociais que ainda não atuavam dentro do conselho. E, finalmente, a Lei nº 1.953/2012, que “Institui o **Plano Municipal de Cultura de Rio Branco** para o decênio de 2013-2022”. É nosso compromisso cumpri-lo em sua integralidade.

O período de gestão que se inicia em 2021 será um período de recomeço, uma vez que a expectativa é que o país inteiro esteja no período de pós-pandemia

e na incerteza de como retomar as relações humanas, sociais e políticas. A gestão da cultura, que envolve pessoas de atuação direta na sociedade, passará a ter novos contornos e a comunicação digital passa a integrar, de maneira orgânica e decisiva, a vida humana.

Nossas propostas permitem a reconstrução de um percurso inclusivo e democrático para a cultura da cidade de Rio Branco. A ênfase no Patrimônio Cultural se dá pela necessidade de uma atenção prioritária ao patrimônio material e imaterial da cidade de Rio Branco, que necessita de medidas decisivas para a manutenção das memórias e identidades presentes em nosso território.



NOSSAS PROPOSTAS

TRANSVERSALIDADE DA CULTURA

- Criar um protocolo de ação entre as diversas pastas afins, onde as ações sejam planejadas com a interface da transversalidade da cultura, em especial com a Secretaria Municipal de Educação, introduzindo os temas da cultura na formação continuada dos professores da rede pública;
- Realizar, em parcerias com o **Centro de Multimeios** da SEME, escolas e organizações da sociedade civil, ações de educação, utilizando ferramentas que fomentem a discussão comunitária sobre cultura, patrimônio e arte para que as próprias comunidades identifiquem e valorizem seus bens culturais;
- Estabelecer, em colaboração com a área de gestão urbana do município, diretrizes e normas para a preservação das Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AEIHC, estabelecidas no Plano Diretor de Rio Branco;
- Contribuir para, em conjunto com as áreas de Desenvolvimento Econômico e Social, o fortalecimento da dimensão econômica e o potencial turístico do patrimônio e das expressões e produção de bens culturais, tais como as edificações, as celebrações, o artesanato de tradição cultural, os sistemas alimentares, comidas típicas e demais saberes tradicionais.



*FORTALECIMENTO DO
SISTEMA MUNICIPAL
DE CULTURA E DA
PARTICIPAÇÃO POPULAR*

- Fortalecer o *Conselho Municipal de Políticas Culturais*, com a realização de fóruns, debates e conforme estabelecido no *Plano Municipal de Cultura*;
- Realizar um amplo processo de revisão da Lei nº 1.676/2007, a partir das Câmaras Temáticas, que são as instâncias base do Conselho, onde se reúnem os fazedores culturais;
- *Revisar e atualizar, a partir das Câmaras Temáticas, o Plano Municipal de Cultura* que cumpre dez anos em 2022, conforme estabelecido na Lei do Sistema Municipal de Cultura;
- Realizar, a partir de propostas construídas nas

Câmaras Temáticas, a Conferência Municipal de Cultura, para a deliberação final e alteração das referidas Leis.

*FORTALECIMENTO
DA ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL DA
CULTURA*

- Desmembrar o Esporte da Cultura, criando gestões independentes e com isso fortalecer e qualificar a atuação da Fundação Garibaldi Brasil;
- Estabelecer um orçamento mensal para a gestão da cultura;
- Reorganizar o organograma da FGB instituindo o setor competente para fomentar a área de Turismo, que está lotada no órgão;



- Iniciar estudos de impacto para a constituição de um quadro funcional para a FGB e de corpos culturais estáveis para a cidade de Rio Branco.

possa atuar em ações coletivas e de intercâmbio entre cada um dos espaços públicos e atuação no entorno de sua localização.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA CULTURA

- Criar o Portal da Cultura de Rio Branco e por meio dele disponibilizar informações e indicadores culturais decorrentes de um amplo mapeamento realizado no município que identifique não apenas os (as) trabalhadores (as) da Cultura, mas também suas produções e toda a cadeia produtiva que envolve, desenvolvimento, difusão e investimentos públicos e privados no setor;
- Criar uma rede dos centros culturais municipais que

FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO ARTÍSTICO- CULTURAIS E SEUS MECANISMOS DE FOMENTO

- Criar os corpos artísticos estáveis do município: banda, coral, orquestra e corpo de baile;
- Ampliar os formatos e temas dos editais para incluir a ocupação de espaços públicos, residências artísticas e outras possibilidades que incluam novas modalidades de atuação do fazer artístico;
- Incluir editais que considerem as Pessoas Com Deficiência - PCD como proponentes e beneficiários, atendendo



as necessidades específicas desse segmento.

- Organizar o calendário de eventos culturais da cidade, reunindo os eventos consolidados, fortalecendo a cadeia produtiva da Cultura;
- Realizar a I Virada Cultural de Rio Branco, envolvendo as artes integradas e as regionais da cidade;
- Estimular a organização dos grupos culturais em associações que caminhem para a sustentabilidade deles.

FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

- Implementar a Câmara Temática de Patrimônio Histórico do Município de Rio Branco;
- Avaliar e revisar a Lei de Patrimônio Cultural do Município, com vistas à sua

efetiva implementação e a consequente aplicação de seus instrumentos de reconhecimento (tombamento e registro), preservação, apoio e fomento;

- Realizar inventários temáticos, visando à identificação de referências culturais do município;
- Elaborar mapa do patrimônio cultural de Rio Branco, a ser disponibilizado no Portal da Cultura de Rio Branco;
- Reconhecer tombamento e/ou registro de bens culturais, com especial atenção à valorização dos povos e comunidades tradicionais de nosso município;
- Implementar processos para a fiscalização do estado de conservação de bens tombados;
- Realizar obras de



conservação e restauração de bens tombados sob a responsabilidade do município de Rio Branco;

- Colaborar tecnicamente com a instrução de processos de registro e tombamento de bens culturais presentes em Rio Branco, em tramitação nas esferas estadual e nacional;
- Elaborar *Planos de Salvaguarda de Bens Culturais Imateriais* registrados pelo município e colaborar com Planos de Salvaguarda de Bens registrados em nível estadual ou nacional presentes em Rio Branco.

TURISMO

- Criar um circuito turístico na cidade de Rio Branco que agregue os centros culturais, os bens do Estado que se encontram na capital e os mercados municipais, onde se consome gastronomia regional popular.







148



Valorizar e defender o **Sistema Único de Saúde** como patrimônio do povo brasileiro e direito fundamental da pessoa humana tem sido uma ação permanente dos governos petistas. Entender o Sistema de Saúde como um bem público de toda a sociedade brasileira, realizando sua defesa permanente e valorização constante, tem sido o compromisso de nossos governos populares nos últimos 20 anos.

Esse compromisso histórico com a criação, fortalecimento e desenvolvimento do SUS realiza-se principalmente nas cidades, com a estruturação de serviços na atenção primária que garantam acesso e resolatividade das necessidades da população. Nossa visão de Saúde compartilha os princípios do SUS: a universalidade do acesso; a equidade na oferta; a integralidade da assistência; e ainda, como princípios organizativos, a regionalização e hierarquização; a descentralização com comando único e a participação popular. Princípios construídos a partir da luta do povo brasileiro e consagrados na Constituição de 1988, pela ação visionária de militantes

da Reforma Sanitária, como Sérgio Arouca.

O direito à Saúde em nossos governos sempre foi mais que uma promessa legal. Nos quatorze anos em que dirigimos a Prefeitura de Rio Branco, as políticas implementadas e os resultados alcançados consagraram esse compromisso.

Com o investimento em Saúde, a ampliação da cobertura, a estruturação e diversificação de serviços, o desenvolvimento de ações por nichos de demandas, como saúde da mulher, da criança e do adolescente, portadores de doenças crônicas, dentre outras, foram alcançados; a organização da rede de modo a garantir oferta regular e qualificada de serviços médicos com perfil da atenção primária, de apoio ao diagnóstico, de equipes multiprofissionais capazes de lidar com o usuário-paciente em suas múltiplas necessidades, quando avaliados em perspectivas, mostram uma experiência de gestão exitosa em garantir às pessoas o acesso aos serviços e a sustentação de que suas necessidades seriam atendidas ao longo da rede, em suas dimensões horizontal (diversidade



da oferta) e vertical (graus de complexidade).

O crescimento da cobertura da Atenção Básica exemplifica tais avanços. Em 2005, quando assumimos a Prefeitura com Raimundo Angelim, ela não chegava a 12% da cidade. No final do período de Marcus Alexandre prefeito, ela estava em 69%, com mais de 60 equipes formadas e em plena atividade. A criação de inovações, como as URAPs (Unidades de Referência da Atenção Primária), voltadas à elevação da capacidade resolutiva da Rede, ainda que representando elevado custo operacional para as condições financeiras do município, confirmam a determinação de nossas gestões em garantir serviços capazes de responder às necessidades do povo.

A elas se somam soluções técnicas de elevada efetividade social como a rede de serviços de apoio ao diagnóstico, de assistência farmacêutica, de atendimento domiciliar, dentre tantas outras.

Atualmente, a **Rede Municipal de Saúde** está dividida em 12 segmentos com a seguinte

distribuição: 11 Unidades de Referência da Atenção Primária (URAP), 1 Policlínica (Barral y Barral), além de 1 Centro de Formação Tucumã, que é de gestão estadual; 61 Equipes de Saúde da Família, 3 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), 17 equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e 27 Unidades de Saúde da Família com equipes de saúde bucal; 2 Centros de Apoio Diagnóstico (CAD); 1 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), 1 Laboratório de Prótese Dentária, e 1 Centro Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAFAM); 1 Centro de Controle de Zoonoses (CCZ); 1 Centro de Atendimento ao Autista, 1 Unidade de Acolhimento Adulta (UA), 1 Equipe de Consultório na Rua (CR), para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool, crack outras drogas, 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) para às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes; 1 equipe multiprofissional de atenção domiciliar (EMAD); 1 Unidade de Vigilância Sanitária, 1 Unidade de Vigilância Epidemiológica e Ambiental; 4 academias de Saúde; e 1 Central de Regulação.



Ao final de 2019, proporcionalmente ao número de habitantes, Rio Branco apresentava uma cobertura de equipes de Atenção Básica de 69%, e uma cobertura da Estratégia Saúde da Família de 45,58%.

Além dos serviços de sua própria execução, a rede municipal de Rio Branco referencia pacientes-usuários para a Rede Estadual de Saúde nas demandas de média e alta complexidade, por meio do **Sistema de Regulação da Assistência**, encaminhando-os para as unidades de referência hospitalares ou de serviços habilitadas pelo Sistema.

Como visto, os avanços foram significativos no período da gestão petista em Rio Branco. A atual gestão, mesmo titubeante, tem procurado mantê-los, ainda que, no longo prazo, sabemos bem, não seria capaz de fazê-lo. Porque demanda um compromisso ético-político com o bem-estar do povo que somente nossos governos, na história do Acre, foram capazes de assumir.

Entretanto, grandes problemas ainda desafiam o **Sistema de Saúde** no território de Rio Branco. Desafios

cuja resolução apontam para a consolidação do SUS, em âmbito local, como ferramenta fundamental para a qualidade de vida das pessoas. Dentre eles, destacam-se: ampliar as Equipes de Saúde da Família, com equipes de saúde bucal em todas elas, eliminando os vazios assistenciais ainda existentes; ampliar e fortalecer os NASF, com a criação de novas equipes; fortalecer e qualificar as ações e serviços de Saúde, reavaliando a organização hierárquica e a estrutura disponível; qualificar a diversidade de oferta, organizando as Redes de Atenção à Saúde com a devida identificação das estruturas de demandas e definição da estrutura de oferta; na saúde bucal, ampliar e organizar o serviço e a oferta por procedimentos odontológicos; fortalecer e ampliar o controle social, garantindo condições adequadas de funcionamento ao **Conselho Municipal** e retomando as iniciativas de controle local com participação popular na condução das unidades de Saúde; melhorar a capacidade de geração e análise de dados em Saúde com a utilização intensiva dos sistemas informatizados de processamento de informação em Saúde, com destaque para



o Prontuário Eletrônico, inclusive garantindo a interoperabilidade do sistema próprio da **Secretaria Municipal de Saúde** (SEMSA) com o e-SUS; valorizar os profissionais e as carreiras do SUS, com uso intensivo da Educação Permanente como estratégia de formação dos profissionais da Saúde. E, por fim, o desafio de realizar a transição do sistema tradicional para o novo modelo de financiamento da atenção primária, que condiciona o repasse à população cadastrada na Atenção Primária (AP), com critérios geográficos e etários para aportes adicionais, e à observância de alguns indicadores de desempenho.

Para dar conta desses desafios, elencamos as propostas de nossa gestão para a Saúde da população e para seu bem viver.

NOSSAS PROPOSTAS

ATENÇÃO À SAÚDE

- Ampliar a cobertura e a qualidade das ações e serviços de Saúde ofertados à população, por meio da Estratégia Saúde da Família,

com saúde bucal, priorizando os locais de maior vulnerabilidade social, com destaque para a região do Tancredo Neves, Montanhês e Alto Alegre;

- Garantir atendimento de Saúde com hora marcada nos serviços programados (consulta médica, pré-natal, PCCU, vacina, exames, por exemplo) por meio do fortalecimento do acolhimento, da escuta e da clínica ampliada, como efetivação da Política de Humanização na Saúde;
- Ampliar e qualificar o atendimento especializado na atenção básica com expansão dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), equipes do Consultório na Rua (eCR), fortalecendo o modelo de cuidado preconizado pelo Sistema (SUS);



- Intensificar a estruturação das Redes de Atenção à Saúde, que são as redes Cegonha (materno-infantil), Psicossocial (Saúde Mental), Cuidado à Pessoa com Deficiência, Jovens, População Negra, Idosos, e Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

GESTÃO NA SAÚDE

- Ampliar o investimento da Prefeitura em Saúde, fazendo melhor uso do recurso disponível e vinculando custo a resultado;
- Intensificar as ações necessárias à adequação plena do município ao novo modelo de financiamento da Atenção Primária, com atenção aos critérios técnicos que condicionam o repasse de recursos à cobertura especializada de serviços (indicadores de desempenho), ação efetiva junto aos usuários (cadastramento) e

adesão à programas, de modo a garantir que Rio Branco não perca recursos;

- Intensificar o uso de dados e informações em Saúde, fortalecendo a informatização, o uso de tecnologias e a capacidade de análise e processamento de dados, com maior inteligência aplicada e melhor planejamento das ações;
- Promover forte investimento na qualificação dos gestores da atenção e realizar periodicamente avaliação de desempenho.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Investir intensamente na integração dos atores estruturantes do Sistema de Saúde, a Tríplice Inclusão (usuários, trabalhadores e gestores), por meio da promoção do diálogo e da participação da comunidade na gestão da Saúde, buscando a criação



de vínculos solidários e sentimento de pertencimento de todos na gestão do Sistema e dos serviços;

- Fortalecer o controle social ampliando a participação da sociedade civil e garantindo efetivo exercício da democracia nas instâncias de governança do Sistema, como Conselho Municipal de Saúde, Conselhos locais e outros;
- Ampliar o financiamento para o Controle Social no SUS.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES

- Assumir a qualificação dos trabalhadores e a valorização das carreiras como eixo estruturante do Sistema e garantia de qualidade nos serviços de Saúde, fazendo uso das ferramentas da Educação Permanente e da

gestão do trabalho na Saúde;

- Implantar o Centro de Referência Municipal em Saúde do Trabalhador (CEREST), como meio de fortalecimento das ações e do cuidado com o trabalhador da Saúde;
- Manter atualizado o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Trabalhadores da Saúde por meio de revisões pactuadas e da manutenção de canais permanentes de diálogo e participação.







SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

156



Três pilares são decisivos na evolução do envolvimento do poder público municipal em políticas públicas de segurança e de prevenção à violência e à criminalidade: a elevação das taxas de criminalidade, o medo da violência e a generalização da sensação coletiva de insegurança.

Rio Branco aparece no Atlas da Violência como o 19º município mais violento do país, entre aqueles com mais de 100 mil habitantes (*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (Ipea) e pelo *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* - 2017), registrando uma média de 85,3 mortes por cada 100 mil habitantes.

A pressão política e social fez com que municípios somassem esforços junto aos demais entes federativos, buscando soluções para os problemas de insegurança e violência, que se materializam nas cidades, tendo o Prefeito como liderança que se encontra mais próxima do cotidiano das

pessoas.

A reflexão responsável sobre segurança pública, violência e criminalidade aponta que políticas calcadas apenas na atuação repressiva dos órgãos policiais e de justiça criminal não nos trouxeram bons resultados. Esse debate tomou força nos governos Lula e Dilma, com a criação do Grupo de Trabalho de Segurança Municipal, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em 2003.

Outros atores governamentais devem ser incorporados aos debates e ações referentes à Segurança, bem como a sociedade.

A Segurança Pública é atravessada por ações intergovernamentais e intersetoriais. As estratégias de redução da violência devem ser encadeadas juntamente com outras áreas: Saúde, Educação, Assistência, Cidadania, Cultura, Moradia, Trabalho e Renda. Tais estratégias



devem ser preventivas, articuladas e proativas. Uma boa manutenção da cidade contribui para a inibição da criminalidade. A melhor política de enfrentamento ao crime é a redução de desigualdades. A estratégia do governo municipal é desenvolver ações de prevenção à violência, tendo como metodologia prioritária, ainda que não exclusiva, a mediação de conflitos.

A Segurança Pública municipal pode atuar em inúmeras áreas: na redução de homicídios dolosos e da violência letal em geral; na prevenção e atendimento à vítimas de crimes de intolerância e de violência contra grupos vulneráveis (violência doméstica e de gênero, racismo, homofobia e exploração sexual infanto-juvenil); na prevenção do aliciamento de adolescentes e jovens e da afirmação de domínio territorial pelo tráfico de armas e drogas; na prevenção ao uso de drogas; na preservação da ordem pública e atendimento comunitário nos centros comerciais e de serviços das cidades e em outras áreas

de grande circulação de pessoas; na mediação de crises e conflitos urbanos (ambulantes e comércio informal), em ocupações de terrenos e imóveis particulares; em eventos e manifestações em praças e espaços públicos; na prevenção e controle da violência nas escolas, praças e parques públicos; e na segurança turística, ambiental e de sítios históricos.

Devemos avançar na direção da criação de políticas para a afirmação de uma agenda de Segurança Municipal para Rio Branco. Propomos um novo conceito comunitário de policiamento, que reconhece o cidadão como um sujeito político e o espaço público como um local legítimo para a resolução de conflitos através do diálogo, que reconhece os direitos humanos, a diversidade étnica e cultural e a divisão de classes.

Faz-se necessário fomentar também o debate acerca de transferências de recursos do *Fundo Nacional de Segurança*



Pública em curto, médio e longo prazos aos municípios para sua atuação de forma preventiva à violência.

O policiamento municipal deve ser compreendido como política pública local de Segurança, que contribui na resolução dos problemas e percebe as prioridades de uma comunidade através do convívio próximo e direto com estes cidadãos. Tal visão possibilita que o crime passe a ser visto em suas causas estruturais, deixando de centrar as políticas de Segurança em medidas de repressão, combatendo as causas da criminalidade sem sacrificar os direitos de sua população. O município tem um papel central para o aperfeiçoamento da Segurança Pública.

NOSSAS PROPOSTAS

- Implementar a *Guarda Civil Municipal*, segundo o modelo do policiamento comunitário, desmilitarizada e desvinculada

da força policial estadual;

- Elaborar o *Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência Criminal*, com ampla participação da sociedade;
- Investir na instalação de equipamentos públicos com foco na Segurança, como iluminação pública e câmeras;
- Implantar uma plataforma de monitoramento integrado, articulando os serviços de vigilância eletrônica do município aos sistemas particulares (comércios e residências);
- Criar a Ouvidoria externa e independente que garanta o controle popular;
- Favorecer a celebração e manutenção dos acordos inter e intragovernamentais e das parcerias no âmbito da sociedade civil;



- Assegurar o funcionamento prático dos mecanismos de participação social e comunitária no ciclo completo dos trabalhos desenvolvidos em Segurança, desde o planejamento até a execução das políticas;
- Implementar processo de formação continuada para os integrantes da guarda civil municipal;
- Criar o Gabinete de Gestão Integrada, constituído entre as polícias, o Judiciário, o Ministério Público, o sistema de cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas sócio-educativas, previsto na Lei nº 11.707/2008.







GESTÃO MODERNA E EFICIENTE

162



FINANÇAS PÚBLICAS

A situação mundial passou por uma mudança radical de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia. O impacto econômico estendeu-se aos mercados financeiros mundiais, gerando incertezas em todos os países e levando-os para uma recessão, com perspectiva de forte queda do produto e da renda, bem como desemprego generalizado.

De acordo com as últimas perspectivas da *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico* (OCDE), de 16 de setembro de 2020, após praticamente duas décadas de crescimento econômico global, com o PIB variando entre 3% a 4%, a economia mundial revive uma nova crise do capital de dimensões históricas, acirrada pela pandemia da covid-19. A entidade, que reúne países desenvolvidos de todo o mundo, ainda projeta

que a economia mundial sofrerá uma queda de 4,5% em 2020, mas que poderá chegar a queda de 7,6%, caso haja uma segunda onda de contágios antes do final do ano, exigindo novas medidas de isolamento social.

Além do aspecto humanitário, relacionado à perda de vidas e às consequências pessoais do isolamento social, a retração das economias dos países avançados no segundo trimestre é significativa. De acordo com o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), o Produto Interno Bruto (PIB) americano do segundo trimestre caiu 9,1% em relação ao trimestre anterior. Na Área do Euro (AE), a queda foi bem maior, de 12,1%, e no Japão, de 7,8%. Na China, depois de uma queda de 10% no primeiro trimestre ante o trimestre anterior, o PIB cresceu 11,5%, no segundo trimestre de 2020, registrando uma trajetória de forte recuperação.



Políticas monetária e limitação física ao deslocamento fiscal estão sendo mobilizadas mundialmente para mitigar os efeitos da pandemia sobre a demanda de: Emprego, Renda e Crédito. No entanto, o aumento das taxas de transmissão do novo coronavírus em países e/ou regiões localizadas e o impacto da retirada de alguns estímulos fiscais ainda tornam incerta a sustentabilidade de uma recuperação tão rápida da atividade econômica aos níveis de crescimento médio das últimas décadas, na casa de 3,5% do PIB mundial, segundo a OCDE.

Nesse sentido, a partir do momento em que a pandemia se tornou um problema global, a política econômica em todos os países mobiliza-se para reduzir seu impacto sobre a vida das pessoas e sobre a economia. À medida que os efeitos negativos se manifestam tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda, a capacidade de reação da política econômica enfrenta inúmeras dificuldades. No caso da restrição de oferta, seja pela

limitação física ao deslocamento de trabalhadores, seja pela quebra das cadeias de produção, a política econômica pouco pode fazer no curtíssimo prazo. Todavia, em prazo mais longo, as medidas visam justamente preservar a capacidade de oferta. A demanda, por seu turno, tende a cair tanto por causa da restrição à mobilidade dos consumidores quanto pela incerteza gigantesca gerada pela situação atual.

As perspectivas da OCDE para 2021 são de que a economia global voltará a cifras positivas, mas "a recuperação será lenta, e a crise terá efeitos de longa duração que afetarão de maneira desproporcional as pessoas mais vulneráveis".

No Brasil, da mesma forma que para o resto do mundo, a pandemia encontrou a economia num momento de baixo crescimento. O IBGE anunciou, em fevereiro, que o PIB do ano passado havia crescido apenas 1,1%, muito abaixo das projeções



do início de 2019, quando se imaginava que a economia poderia crescer próximo aos 2,5%.

Num cenário em que as perspectivas para 2020 já não eram boas, nosso desemprego encontra-se em nível recorde de 13,3%, de acordo com o IBGE, no trimestre encerrado em junho.

A OCDE prevê que o Brasil terá uma queda de 6,5% no PIB, no melhor dos cenários, caso o país seja atingido apenas por uma onda da covid-19. No pior dos casos, com um duplo golpe do surto, a economia brasileira pode despencar até 9,1% em 2020.

Apesar da obtenção das tão aguardadas reformas demandadas pelo mercado (previdenciária e trabalhista), que poderiam prenunciar uma melhora das contas públicas no médio/longo prazo, elas já se mostravam insuficientes para uma efetiva retomada dos investimentos no Brasil.

Os sinais já eram inequívocos:

uma direção política inconsistente, com base instável de sustentação no Congresso; diplomacia conflituosa e submissa, afetando negativamente nosso setor externo com grandes potências; profundo desprezo pelas questões ambientais, Educação, Cultura e Saúde, além de uma absoluta falta de ações para se criar um ambiente econômico que pudesse minimizar o crescente desemprego no país, mascarado pela imensa quantidade de trabalhadores informais.

Apesar das medidas de política econômica procurarem responder às perspectivas de aumento do desemprego e queda da renda, por meio de medidas monetárias e fiscais, com redução da taxa de juros e de alíquotas de compulsórios e ampliação do crédito, bem como transferências de renda, especialmente aos mais pobres, as respostas ao Crescimento Econômico, aumento de Emprego, da Renda, e da Produção ainda são incertas, ensejando-se cautela na elaboração



de previsões macroeconômicas otimistas, sobretudo as que são base para o planejamento orçamentário dos entes federados que têm razoável dependência de transferências constitucionais, tudo indicando que a recuperação da economia não será na mesma velocidade que foi a sua queda.

O desempenho econômico acreano, bem como do município de Rio Branco, por consequência desse cenário recessivo e incerto das economias mundial e nacional, é muito grave, haja vista ainda serem fortemente dependentes de receitas de transferências constitucionais; e o atual governo não possui um projeto de desenvolvimento que promova o crescimento econômico, muito menos de geração de emprego e renda.

Segundo o SEBRAE, o Acre está entre os cinco Estados do país mais afetados pela crise econômica gerada pela atual pandemia. O estudo mostrou que o Estado acreano tem

aproximadamente 29 mil micro e pequenas empresas; e que 68% foram diretamente afetadas pelo fechamento dos serviços não essenciais nesse período de restrições sanitárias.

A nossa capital do Estado do Acre, Rio Branco possui mais de 47% da população do Estado segundo dados do IBGE (2019), porém em caminho oposto possui menos que 20% dos orçamentos públicos locais para fazer frente às enormes demandas dos seus municípios, desafio ainda maior se considerarmos que grande parte da população de outros municípios é atendida em Rio Branco, especialmente os municípios do Baixo Acre e do Sul do Amazonas.

Um dos grandes desafios para a nova gestão será aumentar a autonomia financeira do município, uma vez que a tríade das receitas realmente "governáveis" pela Prefeitura (ISS, IPTU e ITBI) tem participação média de 14% das receitas totais, ficando os demais 86% dependendo de condições



externas, cujos cenários são de dificuldades e incertezas, de outros entes da federação.

Apesar do caótico ambiente econômico e baixas expectativas, o desafio de governar o município de Rio Branco passa pelo pressuposto de que mudanças significativas nas áreas de Planejamento, Gestão e Finanças serão necessárias.

É vital que haja um resgate dos legados positivos de governos anteriores da Frente Popular e que a gestão seja reinventada, tornando-a mais humana, participativa, democrática e inclusiva.

Tramitam no Congresso Nacional propostas de reforma tributária, que têm como objetivo principal simplificar o Sistema Tributário, unificando os tributos sobre o consumo de mercadorias e serviços e a produção (ICMS, ISS, PIS/PASEP, COFINS) deixando os gestores municipais preocupados com a possibilidade

de perda de receita.

Para garantir que os municípios não tenham perda de receita, a **Confederação Nacional dos Municípios** defende a criação de um fundo de compensação para Estados e municípios, usando parte do imposto seletivo e parte do crescimento real do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para assegurar principalmente a geração de Emprego e Renda.

As secretarias de finanças das capitais em conjunto com outras entidades estão propondo o **Simplifica Já**. Ao contrário das propostas que estão em debate no Congresso Nacional, que promovem a unificação de vários tributos em um só, o **Simplifica Já** aprimora o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e propõe a criação da Contribuição sobre o Valor Adicionado (CVA) Federal e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) Seletivo.



Diante desse quadro de incertezas e elevados riscos econômicos que comprometem as finanças da Prefeitura de Rio Branco, para fazer frente a escassez de recursos e a necessidade de ampliação dos serviços a serem ofertados à população, temos que tomar medidas expressivas para equacionar e solucionar esse desafio. Temos que sair das medidas convencionais e buscar alternativas que inovem a gestão sob essas ameaças.

Um dos caminhos pode ser a busca por aumento de receitas, que dado o atual quadro da economia e dos contribuintes, agravado pela pandemia, não é uma alternativa promissora, porém ela pode ser alcançada com a melhoria da justiça tributária e maior eficiência na arrecadação.

Um outro caminho possível, mais coerente e responsável com as circunstâncias é modernizar e tornar a oferta dos serviços públicos muito mais eficiente, o

que culminará com a redução da despesa. Não se trata de cortar gastos, reduzindo ofertas e qualidade dos serviços, para diminuir as despesas e sim fazer mais com menos, aplicar os recursos disponíveis com zelo, eficiência e efetividade.

O uso da tecnologia, a qualificação de pessoal e a utilização de formas alternativas de prestação de serviços terão importância crucial na resolução dessa equação.

Precisamos entregar produtos e serviços de qualidade ao nosso cliente, o contribuinte, que é quem paga por essas despesas.

As Compras Públicas devem reformar seus processos no que concerne aos aspectos políticos e organizacionais, na busca pela transparência de suas ações para atingir níveis de excelência no atendimento das demandas da sociedade. Assim, para que se possa prestar bons serviços, seja, via meios eletrônicos,



seja, via presencial, carece da implantação de um processo de gestão moderna, elaborado sobre uma política de desenvolvimento sustentável.

As Compras Governamentais, por exemplo, visam a qualidade do gasto público e a organização de processos para ganho em escala, para qualidade do gasto e economicidade, realizando compras de objetos comuns às Unidades Gestoras, de Produtos e Serviços (fornecimento de cópias terceirizada, por exemplo) de forma conjunta, que possam primar pelos ganhos, ao mesmo tempo em que empodera a descentralização da execução para os órgãos finalísticos. Além dos benefícios diretos de maior eficiência aos gastos públicos, fortalece a economia do município, especialmente, junto a Agricultura Familiar e às Indústrias locais, suprimindo, por exemplo, os insumos para a alimentação escolar.



PLANEJAMENTO

As imensas mudanças econômicas e sociais que vêm ocorrendo no mundo, em tempos recentes, acarretam uma transição de classes no País, no Acre e em Rio Branco, ampliando as desigualdades e elevando o endividamento das pessoas.

Na política, passamos por uma era de incertezas. Ninguém consegue prever como será o período pós-pandemia da covid-19. Tampouco quanto tempo vamos levar para nos reequilibrarmos. É nesse cenário que acontece a eleição municipal, com a população fragilizada pela falta de confiança em seus representantes, aliada ao aumento da miséria, da degradação cultural e da mais devastadora das crises morais e éticas de nossa história recente.

No Acre, o cenário é igualmente complexo. O Estado é hoje uma comunidade sem direção, planejamento ou perspectiva clara de futuro. Dirigido por um governo sem

propostas, segue errante à espera de uma nova crise pandêmica para justificar gastos supérfluos, falta de rumos e campanhas de marketing baseadas em mentiras governamentais.

Nossa capital, Rio Branco, frente às novas alianças de sua prefeita, segue a falta de rumos do Estado. A atual gestão municipal mostra-se frágil na condução da cidade, reduzindo o papel da Prefeitura às ações rotineiras de tapar buracos e pintar meio-fio, incapaz que é de conceber o futuro - o que pressupõe dar sentido e direção ao desenvolvimento da município e da cidade.

Assim, faz-se urgente a retomada da capacidade da gestão estratégica do município, recuperando na Prefeitura a competência técnica de planejar e conduzir o crescimento da cidade - uma dentre as tantas políticas abandonadas pela atual gestão em seu movimento rumo ao



conservadorismo e às alianças de gestão. conveniência.

O pressuposto principal dessa mudança, portanto, é a reestruturação da metodologia de planejamento da Prefeitura. É necessário que haja um resgate dos legados positivos de governos anteriores da Frente Popular do Acre (FPA) e que a gestão seja reinventada, tornando-a novamente humana e participativa.

A Frente Popular do Acre (FPA), ao longo de 20 anos, acumulou experiência e sabe exatamente o que nossa capital precisa para elaborar um diagnóstico situacional (finanças, orçamento, despesas, financiamentos, emendas, convênios, patrimônio), tornando possível a elaboração do planejamento estratégico e operacional por programa, projetos e metas - instrumentos a serem implementados num ambiente de integração de políticas e fazendo uso da matricialidade na articulação dos órgãos internos de

No planejamento moderno a visão é voltada para a execução, sendo, portanto, indispensável seu vínculo estreito com a realidade. Deve ser dotado de começo, meio e fim muito claros. Para isso o primeiro passo é elaboração do Plano de Governo, documento eleitoral obrigatório, que apresenta as propostas e visões e no qual a Frente Popular sempre prezou pela participação da população, de especialistas e colaboradores; ou seja, é um documento construído democraticamente.

O Plano de Governo se torna ideia força para o Planejamento Estratégico - geralmente elaborado nos primeiros 120 dias da gestão. Este serve de subsídio para o Plano Plurianual (PPA), onde são descritos os programas e projetos com as propostas nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Inclusão Social e Gestão Pública. Em sua tradição, a Frente Popular sempre trabalhou formas de participação popular na



construção dessas ferramentas.

O passo seguinte é a elaboração de uma estrutura orçamentária por secretaria, consagrada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que pode ser anualmente atualizada, sofrendo ajustes às metas e ações no PPA, tais como: tributos, reajustes de salário e investimentos. Da harmonização dessas informações, interesses e decisão política nasce a Lei Orçamentária Anual (LOA), com a previsão de arrecadação (impostos, taxas e contribuições) e a programação de gastos detalhados por área.

Os instrumentos de gestão aqui apresentados envolvem metodologias para a criação, elaboração, planejamento e acompanhamento de programas, projetos, metas e ações, com técnicas de monitoramento e avaliação que garantam eficácia, eficiência e efetividade às mesmas.

O grande desafio, portanto, é tornar a Prefeitura verdadeiramente

participativa e, assim, capaz de refletir as reais necessidades da população. O prefeito deve ser o condutor de um processo de gestão com elevada efetividade, conquistando e mantendo a aprovação da população ao seu trabalho.

Para uma gestão verdadeiramente participativa e capaz de cuidar com eficiência da cidade e de seu povo, é necessário a adoção de novas metodologias e instrumentos de governança pública. Para tanto, apresentamos a seguir nossos compromissos.



NOSSAS PROPOSTAS

- Criar um Sistema Integrado de Planejamento e Gestão com o objetivo de orientar e monitorar decisões relativas a planos, mas e projetos prioritários da Prefeitura, pactuados no Plano de Governo;
- Implantar ferramentas de inovação em gestão pública voltadas à produção de soluções criativas adequadas às condições e necessidades da população;
- Ampliar a oferta de serviços públicos on-line;
- Regulamentar o trabalho público municipal remoto/ teletrabalho (home office);
- Qualificar os servidores do município adequando seus perfis de competências às novas tecnologias e demandas da sociedade;
- Intensificar o uso de

tecnologias na gestão, dotando o município de sistemas integrados que garantam segurança, agilidade, facilidade e efetividade na entrega dos serviços.





PLANO DE GOVERNO 2021-2024

Daniel Zen
Candidato a Prefeito

Claudio Ezequiel
Candidato a Vice-Prefeito

Partidos

PT
PSOL
PCdoB

CONCEPÇÃO DO PLANO

Andrias Sarkis, Aníbal Diniz, Binho Marques,
Cláudio Ezequiel, Daniel Zen, Evandro Luzia,
Flora Coelho Valladares, Irailton Lima, Jorge
Viana, Mâncio Lima Cordeiro, Nazareth Araújo,
Marcus Alexandre, Marina Jardim, Raimundo
Angelim e Raquel Lima da Silva.

EQUIPE TÉCNICA

Afrânio Moura
Alana Manchineri
Aldemar Maciel



Alexandre Nunes
Ângela Mendes
Átila Pinheiro
Cleisa Brasil
Cristian Ribeiro
Deyvisson Gusmão
Dora Araújo
Dr. Jackson Ramos
Edegard di Deus
Elizângela Pontes
Eufran Amara
Euresty Abreu de Souza
Fátima Silva
Fernando Sevá
Gabriel Forneck
Geraldo Pereira
Glória Melo
Jean Mauro de Abreu
Joaquim Macedo
Joelma Pais
José Alcício
Julia Feitosa
Karla Martins
Leonardo Neder
Lúcia Freitas
Márcia Lopes
Maria Luiza Pereira da Silva
Maria Corrêa
Maria Rita Gonçalves
Mário Jorge Fadell
Nilson Mourão



Raimunda Bezerra
Ricardo Torres
Rosa Maria Braga
Rose Scalabrin
Rui Moreno de Araújo
Selma Neves
Sibá Machado
Shirley Santos
Suely Melo
Zilmar Candido

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniele Albuquerque

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Aarão Prado
Adaildo Neto
Arison Jardim
Maressa Gotelip
Thawana Lopes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Adaildo Neto
Arison Jardim

FOTOGRAFIAS
Arison Jardim, Cassiano Marquez, Gleilson
Miranda, Sergio Vale, Mateus Britto e Marcos
Vincentti.



OFICINAS TEMÁTICAS

Em meio à crise sanitária da covid -19, as tradicionais oficinas presenciais tiveram que acontecer de forma virtual, através da plataforma Youtube.

Ao todo, foram realizadas 10 (dez) Oficinas Temáticas. Além da participação on-line, a população teve acesso ao conteúdo das Oficinas através do *Canal Daniel Zen*, na plataforma do Youtube que, até a data de 21 de setembro, já ultrapassavam 1.350 visualizações.

Link Canal Daniel Zen: <https://www.youtube.com/c/DanielZenDoAcre/featured>

Oficina 1: Direitos Humanos e Ações Afirmativas

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=zlXX-fVEe6Y>

Data: 18/08/2020

Colaboradores: militantes e estudiosos dos Direitos Humanos Raimunda Bezerra e Cristian Ribeiro, professores Glória Melo, Selma Neves e Evandro Luzia.

Moderação: militante do Movimento Indígena Alana Manchineri.

Colaboradores do Chat: André Kamai, Bia Berkman, Dhennifer Carvalho, Diego Castro, Gilberto de Jesus, Gilvandro de Assis, Igor Ramon Gama, Jaycelene Brasil, Maria Santiago de Lima, Nilson Mourão, Rafaela Gervazoni, Rodrigo Souza, Selma Maria Neves de Souza, Shirley Santos, Silvânia Oliveira, Víctor Mattos e Yanaira Braga.



Oficina 2: Desenvolvimento Econômico e Produção Agrícola

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=GKaR4ypy8fA&t=199s>

Data: 20/08/2020

Colaboradores: ex-prefeito de Rio Branco Raimundo Angelim, professores Mário Jorge Fadell e Aldemar Maciel.

Moderadoração: engenheira agrônoma Cleísa Brasil.

Colaboradores do chat: Aarão Prado, André Kamai, Dhennifer Carvalho, Gardênia Sales, Jarle Oliveira, Jeigiane Portela, Jorge Viana, Júlia Feitoza, Marcos André, Matheus Oliveira, Rafaela Gervazoni, Rodrigo Forneck, Rosali Scalabrin e Zenilda Alvez.

Oficina 3: Cidades Inteligentes Conectadas

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=fG7jSDUSILg&t=44s>

Data: 22/09/2020

Colaborador: ex-senador Aníbal Diniz e produtor Vanderley Rocha.

Moderadoração: publicitário e administrador Alexandre Nunes.

Colaboradores do chat: Adaildo Neto, Alana Manchineri, Dhennifer



Carvalho, Eufan Amaral, Gardênia Sales, Rafaela Gervazoni, Rodrigo Forneck, Ronald Polanco, Rosali Scalabrin e Thalles Vinícius.

Oficina 4: Cultura

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=v4FhnZumCjw>

Data: 24/09/2020

Colaboradora: atriz e produtora cultural Karla Martins.

Moderação: historiador Deyvisson Gusmão.

Colaboradores do chat: Aarão Prado, Adaildo Neto, Adalberto Queiroz, Alana Manchineri, Aldemar Maciel, Clara Lima, Daniel Iberê, Eufan Amaral, Eurilinda Figueiredo, Evandro Luzia, Jeigiane Portela, Rafaela Gervazoni, Rodrigo Forneck, Rosa Nakamura, Thalles Vinícius e Vanduir Araújo.

Oficina 5: Assistência Social

Data: 27/09/2020

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=H9lj7uN-SVg&t=563s>

Colaboradora: ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, ex-vice-governadora do Acre Nazareth Araújo e professora Dôra Araújo.



Moderação: professor Evandro Luzia.

Colaboradores do chat: Adaildo Neto, Aldemar Maciel, Alexandre Nunes, Dhennifer Carvalho, Elizângela Pontes, Ester Araújo, Fabiana Raggi, Júlia Maria Matias, Netinho de Luca, Paulo Murilo, Rodrigo Forneck, Rosali Scalabrin e Selma Neves.

Oficina 6: Participação Popular

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=9UtzV54JFQ&t=116s>

Data: 29/08/2020

Colaboradores: ex-governador e ex-senador Jorge Viana, ex-prefeitos Marcus Alexandre e Raimundo Angelim.

Moderação: professora Selma Neves.

Colaboradores do chat: Augusta Rosas, Aarão Prado, Aldemar Maciel, Alexandre Nunes, André Kamai, Arlete Santiago, Bárbara Guimarães, Bil Souza, Carioca Nepomuceno, Carlos Edegard Di Deus, Cláudio Passamani, Cristina Lacerda, Diego Viana, Gilvandro Soares de Assis, Iwily Cavalcante, Joci Aguiar, Leonardo Passamani, Madson Willander, Maria das Graças, Netinho de Luca, Paulo Murilo, Rachel Moreira, Rodrigo Forneck, Rosa Braga, Rosali Scalabrin, Rusney Maia, Tales Fontana e Thalles Vinícius.



Oficina 7: Meio Ambiente

Link da Oficina: https://www.youtube.com/watch?v=t_99JUKQujA

Data: 01/09/2020

Colaboração: ex-governador e ex-senador Jorge Viana, engenheiro agrônomo Eufraim Amaral e professor Edegar Di Deus.

Moderação: socióloga Fátima Silva.

Colaboradores do chat: Adaildo Neto, Alana Manchineri, Aldemar Maciel, Ana Luísa Reis, Andréa Zílio, Artur Silva, Bárbara Guimarães, Carioca Nepomuceno, Cristina Lacerda, Edilaine Marques, Eduardo Di Deus, Elzira Reis, Gabriela Codinhoto, Gilvandro Soares de Assis, Iwly Cavalcante, Jaira Magalhães, Jaycelene Brasil, João Ricardo, Joci Aguiar, Júlia Feitoza, Karin Boufleuer, Madson Willander, Maria do Carmo Cunha, Mirna Caniso, Neuza Boufleuer, Ocenilda Santana, Rachel Moreira, Rafael Silva, Raimundo Angelim, Rosa Braga, Rosinéia Frota, Stoney Pinto, Tiêta Mello e Víctor Mattos.

Oficina 8: A Educação Pública que Rio Branco Merece

Data: 03/09/2020

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=btJ52zR4ZJI&t=653s>

182



Colaborador: ex-governador Binho Marques e professor Cláudio Ezequiel.

Moderação: professora Rosa Braga.

Colaboradores do chat: Adilson Valério Ferreira, Alana Manchineri, Alcinda Lima, Alexandre Nunes, Aníbal Diniz, Carlos Edegard Di Deus, Cirlândia Costa, Cristina Lacerda, Cristine Braga, Dhennifer Carvalho, Egila Alves, Evaldo Viana, Evandro Luzia, Ione Soares, Iwly Cavalcante, Janaína Vale, Joci Aguiar, Jorge Viana, Júlia Feitoza, Leonardo Passamani, Levita do Reis, Lúcia Torres, Maria Corrêa, Maria do Carmo Cunha, Maria Naderge, Maria Rita Paro, Neuza Boufleuer, Odilson Luiz, Raíscia Alves Figueiredo, Regiane Barbosa, Rosa Braga, Roseli Tietz Ferreira e Selma Maria Neves.

Oficina 9: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=jX9s0SVF6ig&t=611s>

Data: 05/09/2020

Colaboração: ex-prefeito Marcus Alexandre, engenheiro civil Ricardo Torres e arquiteto Leonardo Neder.

Moderação: engenheiro civil Átila Pinheiro.

Colaboradores do chat: Alexandre Nunes, André Kamai, Carioca Nepomuceno, Carlos Edegard Di Deus, Cláudio Passamani, Cristina Lacerda, Deyvesson Gusmão, Fabiana Raggi, Fábio Ferreira, Fátima Ferreira da Silva, Gabriel Forneck, Gicélia Viana, Gilvandro Soares de



Assis, Inácio Moreira, Irailton Lima, Jefferson Bissat, Madson Willander, Maria Rita Paro, Rafaela Gervazoni, Raimundo Angelim, Rodrigo Forneck, Rosa Braga, Valdemir Neto, Valden Rocha e Wilton César.

Oficina 10: Esporte e Lazer

Link da Oficina: <https://www.youtube.com/watch?v=KSzdIl6Dj2E&t=98s>

Data: 10/09/2020

Colaboradores: professores Shirley Santos e Afrânio Moura.

Moderação: professor José Alício.

Colaboradores do chat: Aldemar Maciel, Alexandre Nunes, André Kamaí, Cristina Lacerda, Dyefisson Rogério, Francesco Gomes, Gabriela Assaf, Joci Aguiar, José Leite, Marcela Fontenele, Maria Rita, Nilton Pontes, Ocenilda Santana, Paulo Murilo, Petronilo Lopes, Rafael Silva, Rafaela Gervazoni e Raylane Miranda.





